



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2013



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2013

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2013

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste, atuando de forma ágil para atender às demandas dos empreendedores, com base no conceito de esteiras de crédito e atento aos fenômenos que afetam diretamente a economia regional, empreendeu uma nova dinâmica às suas atividades.

A *performance* nas contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre outras atividades do Banco em que a nova dinâmica já produz resultados semelhantes, é resultado dessas ações. O valor dos recursos financiados e a quantidade de operações contratadas com recursos do FNE tiveram acréscimos, em relação ao primeiro semestre de 2012, respectivamente, de 61,3% e 27,0%.

Esse desempenho ganha relevância no cenário de estiagem que se abate sobre a Região desde 2012, pois mostra, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, o esforço da organização dentro de uma lógica fundamental: induzir os setores produtivos a investirem em empreendimentos com impacto na geração de emprego e renda, associado a medidas de caráter específico para mitigar os efeitos da seca.

Nesse aspecto, registrem-se as aplicações do Programa Estiagem, que contratou, por meio do Agroamigo, 98.052 operações, no valor de R\$ 270,4 milhões, com recursos oriundos da linha de crédito especial, e a renegociação de dívidas com base nos instrumentos legais.

Outra ação relevante está consubstanciada no Agroamigo Mais, programa lançado para atender agricultores familiares com renda anual acima de R\$ 10 mil e até R\$ 160 mil. Vale também citar o acordo de cooperação firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com objetivo de melhorar a capacidade técnica, gerencial e financeira dos empreendedores de baixa renda.

O Banco alcançou, ainda, avanços significativos na estratégia de bancarizar os clientes do Agroamigo, além de ampliar, em parceria com o Banco do Brasil, o compartilhamento da rede de terminais de autoatendimento, chegando a 1.000 municípios.

No âmbito interno, o Banco implantou nova Estrutura Organizacional, resultado do projeto de modernização que prioriza doze eixos, dentre os quais merecem destaque a governança corporativa, com a implantação da sistemática de colegiados. Essa nova orientação visa ao fortalecimento da missão desenvolvimentista do Banco, com foco no atendimento de excelência ao público.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

E assim, vencendo desafios, o Banco do Nordeste fortaleceu sua atuação, na certeza de que ainda é possível fazer muito mais pela redução das desigualdades entre as regiões, para o que tem sido essencial a participação dos funcionários da Instituição e dos parceiros dos diversos setores da sociedade.

Ary Joel de Abreu Lanzarin
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista, e 98,63% de seu capital está sob o controle da União. Com sede na cidade de Fortaleza (CE), o Banco atua nos nove Estados da região Nordeste, no norte de Minas Gerais (Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e no norte do Espírito Santo, compreendendo 1.990 municípios e 217 agências em sua rede de atendimento.

As ações empreendidas neste semestre permitiram melhor *performance* em relação ao primeiro semestre de 2012. O Banco ampliou o seu apoio ao setor produtivo, concedendo, ao mesmo tempo em que ampliava a quantidade de operações contratadas, maior volume de recursos financeiros.

As contratações de 2,0 milhões de operações, aproximadamente, corresponderam a R\$ 11,7 bilhões em financiamentos, representando acréscimo de 20,1% no valor total dos recursos financeiros. Os empréstimos do FNE concedidos para cerca de 265 mil operações somaram R\$ 6,3 bilhões e, considerando que no primeiro semestre de 2012 foram liberados R\$ 3,9 bilhões, representou incremento de 61,3%. A área rural, seriamente atingida pela seca, recebeu 40% dos R\$6,3 bilhões contratados e o valor concedido de R\$ 2,5 bilhões em empréstimos superou em 19% as contratações na área rural em igual período do ano passado.

O desempenho operacional do Banco do Nordeste, considerando o saldo das operações de crédito, totalizou, sem a dedução de provisões, R\$ 49.673,8 milhões, representando um crescimento da ordem de 4,2% em relação ao saldo de R\$ 47.668,4 milhões em 31.12.2012. Neste período, os ativos totais do Banco apresentaram acréscimo de 6,0%.

O Banco do Nordeste, por meio de seus programas Crediamigo e Agroamigo, atende, respectivamente, o segmento de microfinanças nas áreas urbana e rural. Apoiando as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou 1,8 milhão de operações no valor total de R\$ 3,16 bilhões, representando crescimento de 33,2%. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, e têm como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população do nordeste.

Em continuidade ao apoio na concessão de crédito para as micro e pequenas empresas foram contratadas 28.310 operações, totalizando R\$ 987,6 milhões. Na agricultura familiar, o Banco, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aplicou R\$ 1,1 bilhão neste semestre, enquanto no primeiro semestre de 2012 foram aplicados R\$ 707,7 milhões, representando um crescimento de 62,3%.

O Banco do Nordeste, na condição de principal agente financiador do setor produtivo na sua área de atuação, deu continuidade às ações que visam à melhoria dos indicadores socioeconômicos e à redução das disparidades regionais, assim como aos programas integrados que possibilitem alcançar esses objetivos. O apoio do Banco aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo 2014 são exemplos dessas ações integradas.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

Nos itens seguintes são demonstradas ações e resultados do Banco no primeiro semestre de 2013. As comparações deste semestre relacionadas a valores, quantidades e percentuais, entre outras, são realizadas preferentemente em comparação a igual período do ano anterior, ou seja, ao primeiro semestre de 2012. Quando a comparação for realizada para período diferente, o texto registrará o período a que se refere.

DESTAQUES

Novo modelo da Direção Geral

O Banco do Nordeste revisou sua Estrutura Organizacional e implantou novo modelo de atuação na Direção Geral. A reestruturação teve como referencial o alinhamento com o Planejamento Estratégico, por intermédio do seu posicionamento estratégico, e por base a arquitetura de processos organizacionais, assim como o modelo de competências que norteia a gestão dos Recursos Humanos do Banco.

Ressalta-se que, nesta ação, os objetivos do trabalho tiveram como premissa, além do alinhamento com a estratégia, buscar um modelo estrutural que permitisse o aumento dos negócios com segurança e em conformidade com os aspectos de governança exigidos, bem como permitir maior eficiência operacional e agilidade nos processos.

Ampliação das contratações com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Banco do Nordeste concedeu R\$ 6,3 bilhões em financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), representando incremento de 61,3% em relação ao mesmo período de 2012. O valor financiado equivale a 53,6% do valor contratado global (R\$ 11,7 bilhões) e a 87,7% dos financiamentos de longo prazo concedidos neste semestre.

Ampliação do acesso ao microcrédito

O Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmaram acordo de cooperação técnica visando fomentar a ampliação do acesso ao microcrédito produtivo orientado, bem como melhorar a capacidade técnica, gerencial e financeira dos empreendedores de baixa renda. O Banco irá atender, por meio dos programas Crediamigo e Agroamigo, potenciais microempreendedores cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Lançamento do Programa Agroamigo Mais

Em março de 2013, o Banco do Nordeste lançou o programa Agroamigo Mais para atender os agricultores familiares com renda anual acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 160.000,00. Os agricultores estão sendo atendidos na sua comunidade com crédito produtivo orientado e acompanhado por meio de assessor de microcrédito.

Bancarização para os clientes do Agroamigo

Os clientes do Agroamigo agora têm a possibilidade de abrir uma conta-corrente/poupança, onde seu crédito pode ser sacado por meio do cartão magnético e, ainda, poderão contratar seguro de vida e seguro

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

prestamista. Neste semestre, dos 187.826 clientes que contrataram operações com o Agroamigo, 86,7% possuem contas-corrente abertas e foram contratados 97.565 seguros.

Contratação no Programa Estiagem

O Agroamigo, em razão da seca que assolou a região, teve suas aplicações direcionadas para os financiamentos que visavam atenuar a estiagem. Do total aplicado no Pronaf, 98.052 operações foram contratadas com recursos provenientes do Programa Estiagem, correspondendo a R\$ 270,4 milhões em recursos contratados.

Ampliação do Compartilhamento da Rede de Autoatendimento

Com o intuito de aumentar a capilaridade dos pontos de atendimento e proporcionar maior comodidade aos seus clientes, o Banco do Nordeste firmou parceria com o Banco do Brasil, objetivando ampliar o compartilhamento da rede de terminais de autoatendimento. O contrato firmado possibilitou disponibilizar 2.000 salas de autoatendimento aos clientes do Banco. Desta forma, além dos mais de cinco mil pontos externos (instalados em supermercados, postos de gasolina e *shopping centers*, por exemplo), essas salas podem ser utilizadas para realizar operações de saque e consulta de saldo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

OPERAÇÕES GLOBAIS

A contratação global totalizou cerca de 2,0 milhões de operações, correspondentes a R\$ 11,7 bilhões, superando, em 20,1%, os R\$ 9,8 bilhões contratados em igual período do ano anterior.

Tabela 1 - CONTRATAÇÃO GLOBAL

Tipo	2012.1		2013.1		R\$ Milhões Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Crédito	1.816.464	8.996,3	2.046.027	11.677,9	12,6%	29,7%
Longo Prazo ⁽¹⁾	210.148	4.058,5	266.351	7.160,7	26,7%	76,4%
Curto Prazo ⁽²⁾	1.606.316	4.937,8	1.779.676	4.517,2	10,8%	-8,5%
Mercado de Capitais	3	757,2	1	38,0	-66,7%	-95,0%
Total	1.816.467	9.753,5	2.046.028	11.715,9	12,6%	20,1%

(1) financiamentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços; e

(2) câmbio, capital de giro, conta garantida, microcrédito (Crediamigo) e desconto.

As operações de curto prazo tiveram redução de 8,5% nos valores contratados de R\$ 4,9 bilhões para R\$ 4,5 bilhões. Contudo, a contratação de crédito de R\$ 11,7 bilhões apresentou crescimento de 29,7%. Esse incremento se deve, em especial, ao expressivo valor de R\$ 7,2 bilhões contratados nas operações de longo prazo, que cresceram 76,4%.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

Os financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no valor de R\$ 6,3 bilhões, representam 53,6% do valor contratado global (R\$ 11,7 bilhões) e 87,7% dos financiamentos de longo prazo (R\$ 7,2 bilhões). Assim, os financiamentos concedidos representam acréscimo de 61,3%.

Os valores contratados de R\$ 777,2 milhões com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), representam 10,9% dos financiamentos de longo prazo concedidos.

Os programas de crédito com a fonte FNE, exceto o PRONAF, foram responsáveis por 81,7% do total aplicado (R\$ 5,1 bilhões), apresentando crescimento de 61,0% em relação ao primeiro semestre de 2012, quando foram aplicados R\$ 3,2 bilhões.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) teve incremento de 62,3% superior ao valor de R\$ 707,7 milhões contratados no primeiro semestre de 2012, totalizando R\$ 1,1 bilhão em recursos financiados. Os recursos destinado às linhas de crédito voltadas para o enfrentamento dos efeitos da estiagem na área de atuação do Banco totalizaram R\$ 812,1 milhões, representando o maior crescimento nas aplicações do PRONAF em 2013.

Do valor total de empréstimos de curto prazo, R\$ 2,7 bilhões foram concedidos por meio do programa Crediamigo, correspondendo a 58,8% do realizado na modalidade e uma expansão de 35,5%.

As contratações de operações de crédito comercial e câmbio totalizaram R\$ 1,9 bilhão, 37,5% menor que as realizadas no primeiro semestre de 2012, cujos percentuais de participações nas operações de crédito de curto prazo foram de 60,3% e 41,2%, respectivamente, nos primeiros semestres de 2013 e 2012.

Os recursos de R\$ 6,1 bilhões contratados com clientes de pequeno porte representam 52,1% do total contratado e 18,2% maior que o valor das contratações realizadas no primeiro semestre de 2012.

Tabela 2 - CONTRATAÇÃO GLOBAL, POR PORTE

Porte	2012.1		2013.1		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Pequeno ⁽¹⁾	1.764.679	5.147,9	2.021.099	6.086,4	18,2%
Médio ⁽²⁾	37.896	1.309,7	21.524	2.110,2	61,1%
Grande	13.889	2.538,7	3.404	3.481,3	37,1%
Total	1.816.464	8.996,3	2.046.027	11.677,9	29,8%

(1) mini, micro, pequeno e pequeno-médio; e

(2) médio e médio-grande.

Os valores contratados no setor de serviços aumentaram 76,6%, representando 14,3% das contratações globais realizadas. As novas contratações realizadas no setor de infraestrutura permitiu participação de 7,8% deste setor no valor total das contratações.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

Tabela 3 - CONTRATAÇÃO GLOBAL, POR SETOR

Setor	2012.1		2013.1		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Rural	197.459	2.221,5	255.371	2.543,2	14,5%
Industrial	48.636	1.922,0	28.316	2.132,4	10,9%
Infraestrutura	0	-	22	910,5	-
Comércio	1.543.495	3.904,2	1.738.338	4.416,8	13,1%
Serviços	26.874	948,6	23.980	1.674,9	76,6%
Total	1.816.464	8.996,3	2.046.027	11.677,9	29,8%

R\$ Milhões

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)

Os clientes de pequeno e médio porte realizaram 264.719 operações com recursos do FNE, no total de R\$ 3,8 bilhões representando 60,0% do total das contratações com financiamentos daquele Fundo.

Tabela 4 - CONTRATAÇÃO FNE, POR PORTE

Porte	2012.1		2013.1		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Pequeno ⁽¹⁾	207.809	2.307,1	264.252	2.801,4	21,4%
Médio ⁽²⁾	536	704,3	467	966,2	37,2%
Grande	161	881,8	105	2.510,8	184,7%
Total	208.506	3.893,2	264.824	6.278,4	61,3%

R\$ Milhões

(1) mini, micro, pequeno e pequeno-médio.

(2) médio e médio-grande.

Os recursos do FNE destinados às contratações realizadas com o setor rural representaram 40,0% do valor total contratado e teve acréscimo de 19,1%. Os valores contratados com os setores comercial, industrial e de serviços aumentaram, respectivamente, 38,8%, 91,% e 236,3%.

Tabela 5 - CONTRATAÇÃO FNE, POR SETOR

Setor	2012.1		2013.1		Variação Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Rural	197.020	2.110,2	254.555	2.513,7	19,1%
Industrial	1.413	789,1	1.315	1.510,7	91,4%
Infraestrutura	0	-	1	76,8	-
Comércio	8.328	590,1	7.139	819,1	38,8%
Serviços	1.745	403,8	1.814	1.358,1	236,3%
Total	208.506	3.893,2	264.824	6.278,4	61,3%

R\$ Milhões

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

DESEMPENHO POR SEGMENTO DE CLIENTES

MICROCRÉDITO URBANO (CREDIAMIGO)

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a microempreendedores urbanos. O crédito é destinado ao desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, possibilitando realizar negócios no âmbito da economia regional e nacional, assim como melhorar a qualidade de vida de milhares de famílias.

Tabela 6 - DESEMPENHO DO CREDIAMIGO

Discriminação	1º Sem 2012	1º Sem 2013	Varição
Quantidade de Operações	1.336.161	1.614.214	20,81%
Valor Contratado (R\$ milhões)	1.962,18	2.658,08	35,47%
Valor Médio Contratado (R\$ 1,00)	1.468,53	1.646,68	12,13%
Média Diária de Contratações	11.376,08	13.123,69	15,36%
Pontos de Atendimento	394	425	7,87%
Municípios Atendidos	1.916	1.992	3,97%

Discriminação	Dez de 2012	1º Sem 2013	Varição
Clientes Ativos	1.360.170	1.499.840	10,27%
Carteira Ativa (R\$ milhões)	1.619,9	1.831,48	13,06%

O Crediamigo está em consonância com as políticas públicas do Governo Federal para inclusão financeira da população mais carente. Inserido no Programa Crescer, é utilizado como ação complementar às ações governamentais. Dos atuais clientes ativos, cerca de 1.288.042 referem-se ao Programa Crescer, do Governo Federal.

A ação do Crediamigo foi potencializada com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica em fevereiro/2013 entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O Acordo objetivou a realização de ações no Plano Brasil Sem Miséria, por meio de estratégias conjuntas de fomento ao Microcrédito Produtivo e Orientado, para a melhoria de capacidade técnica e gerencial dos microempreendedores atendidos pelo Programa Bolsa Família.

O Crediamigo oferece, além da inclusão creditícia e bancária, orientações empresarial e ambiental. Com esse propósito, foi lançada a nova cartilha de Educação Financeira - "Quem Manda no Seu Dinheiro", que vem corroborar este direcionamento.

AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) E MICROCRÉDITO RURAL (AGROAMIGO)

O PRONAF é o programa do Governo Federal para apoiar a agricultura familiar. No Nordeste do Brasil, este segmento representa 92,7% das propriedades rurais, correspondendo a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,8 milhões de pessoas ocupadas na agricultura.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 5,7 bilhões e 1,4 milhão de operações.

O Banco contratou 245.561 operações, envolvendo recursos de R\$ 1,1 bilhão, sendo que 71% dos valores financiados foram destinados à região semiárida. Esses recursos representam incremento de 52% nos financiamentos contratados nesse Programa.

Dos recursos aplicados, 72% (R\$ 812,1 milhões) foram destinados a agricultores familiares cujas propriedades foram afetadas pela estiagem no Nordeste em 2012/2013 e contratadas 146,5 mil operações. Os financiamentos contribuíram para minimizar os efeitos da crise climática na Região.

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra, por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O Agroamigo, lançado em 2005, é o maior programa de microfinança rural do Brasil e se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar enquadrado no Grupo B do Pronaf. Atualmente, as mulheres representam 42% da carteira ativa.

A metodologia de microcrédito rural utilizada pelo Programa, com base no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), tem como principal característica o atendimento integral ao agricultor familiar com forte presença de Assessor de Microcrédito nas comunidades, incentivando o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não-agropecuárias.

O Agroamigo também trabalha com foco na inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores rurais. Neste semestre, mais de 162 mil agricultores atendidos pelo Programa abriram conta-corrente/poupança no Banco do Nordeste.

MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

O Banco do Nordeste atua como agente financeiro e fornecedor do crédito para custeio e investimento. Como instituição de fomento regional, suas políticas são direcionadas para o desenvolvimento, visando o fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo, promovendo a inclusão financeira e social, a melhoria de renda dos clientes desse segmento e a expansão e diversificação da competitividade da base econômica regional.

A prioridade consiste em dotar as propriedades rurais de infraestrutura produtiva, financiando os pequenos e miniprodutores por meio de vários programas de financiamento, a fim de atender suas necessidades, desde a compra de insumos até a comercialização da produção.

A carteira ativa de mini e pequenos produtores rurais compreendia, na posição de 30.06.2013, 136 mil clientes e um saldo ativo de R\$ 6 bilhões. Neste semestre foram contratadas 7.023 operações de crédito rural com pequenos e miniprodutores no valor total de R\$ 452,4 milhões.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs)

As operações contratadas com recursos do FNE totalizaram R\$ 746,9 milhões, beneficiando 8.728 micro e pequenos empresários da região. Incluindo as operações de crédito comercial, o valor ultrapassa R\$ 987,6 milhões aplicados nesse segmento.

NEGÓCIOS EMPRESARIAIS

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento as empresas com faturamento anual de R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões.

Na posição de junho/2013, foram contratados com os clientes desses segmentos, aproximadamente, R\$ 2.398,4 milhões em financiamento de longo prazo, destinados a apoiar os setores de serviços, turismo, indústria e infraestrutura.

NEGÓCIOS CORPORATE

Esse segmento é composto pelos clientes que apresentam faturamento superior a R\$ 200,0 milhões. Atualmente, esse segmento é composto por 536 clientes, distribuídos pelas 13 plataformas corporate.

Foram contratadas, com clientes do segmento Corporate, operações de longo prazo no montante de R\$ 1.641,7 milhões, sendo R\$ 1.587,2 milhões com recursos do FNE.

NEGÓCIOS COM GOVERNO

Os clientes estão representados pelos órgãos integrantes da administração pública, direta e indireta, com exceção das empresas não-dependentes pertencentes à administração pública indireta, conforme legislação vigente.

A carteira ativa de operações de crédito e o montante de captação de recursos com esse segmento alcançaram, respectivamente, em junho/2013, 1.964 clientes, e o volume de R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,0 bilhão.

NEGÓCIOS COM PESSOA FÍSICA

Nesse segmento são atendidos prioritariamente as pessoas físicas vinculadas às pessoas jurídicas com empreendimentos financiados pelo Banco, assim como os clientes do varejo, em especial profissionais liberais e autônomos e outras pessoas físicas que demandam crédito e produtos de aplicações financeiras.

A carteira ativa, em 30.06.2013, contém 75 mil clientes com saldo ativo de R\$ 422 milhões. As 480 operações de crédito contratadas representam financiamentos de R\$ 7,5 milhões.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

AGRONEGÓCIOS COM PESSOA FÍSICA

Esse segmento é composto por clientes de pequeno-médio, médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes, os produtores rurais com renda bruta superior a R\$ 3,6 milhões.

Neste semestre foram contratados aproximadamente R\$ 347,1 milhões em financiamento de longo prazo, custeio e comercialização destinados à agricultura empresarial.

NEGÓCIOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS

NEGÓCIOS DE CRÉDITO COMERCIAL

Os empréstimos de crédito comercial, contratados isoladamente ou em complemento às contratações de investimentos, e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas somaram R\$ 2,8 bilhões de saldo médio neste semestre.

COMÉRCIO EXTERIOR E CÂMBIO

Nesse segmento o Banco do Nordeste fomenta preferencialmente o setor exportador nordestino mediante concessão de crédito para capital de giro via Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE).

O Banco aplicou o montante de R\$ 402,9 milhões, oriundos das diversas fontes de recursos. Relativamente aos negócios de câmbio, foram contratados R\$ 1.360,0 milhões.

Os clientes contam com créditos e suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços, como transferências financeiras, câmbio pronto de exportação e importação e cobrança de exportação e de importação.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Neste semestre foram regularizadas 96.926 operações que estavam em prejuízo ou com o mínimo de 61 dias de atraso nas datas de suas respectivas renegociações, representando valor recuperado de R\$ 1,2 bilhão. Desse total, R\$ 260,3 milhões foram regularizados em moeda corrente.

Do valor recuperado, R\$ 176,6 milhões corresponderam às regularizações de, aproximadamente, 63.000 operações com clientes do Pronaf. Relativamente às operações contratadas com recursos do FNE, foram regularizados R\$ 807,3 milhões de um total de 81.867 operações.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

As captações foram incrementadas em 16,0%, acumulando crescimento de R\$ 1,4 bilhão. A captação em poupança apresentou elevação de 5,0% e em depósitos à vista de 10,0%, considerando saldos médios captados. Os depósitos a prazo tiveram elevação de 20,0% no período, alcançando R\$ 7,38 bilhões.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

A captação de Depósitos Interbancários vinculados às Operações de Microfinanças (DIM) teve aumento de 22,14%, totalizando R\$ 706 milhões, o que permitiu a redução das taxas de juros cobradas no Programa Crediamigo.

• FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O Banco administra 20 fundos de investimentos, sendo 12 destinados aos clientes de varejo, dois exclusivamente para o setor público e seis para investidores exclusivos.

O patrimônio líquido dos fundos atingiu R\$ 4.199,7 milhões e um crescimento, em relação ao final de 2012, de 7,4%. Do patrimônio total, R\$ 2.444,3 milhões correspondem aos fundos exclusivos e R\$ 1.755,4 milhões aos fundos de varejo e do setor público.

A receita com taxa de administração totalizou R\$ 9,4 milhões, representando um aumento de 15,3% em comparação com o primeiro semestre de 2012. Dessa receita, cerca de R\$ 8,8 milhões foram gerados por fundos de varejo e do setor público e R\$ 612,2 mil por fundos exclusivos.

• FUNDO DE INVESTIMENTOS DO NORDESTE - FINOR

O Patrimônio Líquido do Finor alcançou R\$ 325,4 milhões. O valor médio no semestre foi de R\$ 350,8 milhões, calculado com base no patrimônio líquido diário.

No período, a receita com taxa de administração sobre a carteira foi de R\$ 3,7 milhões.

• DEPÓSITOS PARA REINVESTIMENTOS

É a modalidade que, por meio de benefício fiscal, permite às empresas situadas na área de atuação da Sudene investirem parte do Imposto de Renda devido à Receita Federal em seus projetos de modernização ou complementação de equipamentos.

O saldo consolidado é cerca de R\$ 420,0 milhões, dos quais R\$ 53,2 milhões foram captados neste semestre, o que corresponde a quase 40% do valor captado no exercício de 2012.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

ATIVOS TOTAIS

Os ativos do Banco do Nordeste atingiram o valor de R\$ 33.794,2 milhões. O aumento de 14,0% em relação aos R\$29.652,7 milhões, do primeiro semestre de 2012, deve-se, em parte, à incorporação de receitas aos ativos e retenção de resultados e lucros no período.

Os ativos referentes ao FNE atingiram R\$ 45.516,5 milhões. O FNE cresceu 6,2%, principalmente, por meio dos ingressos de R\$ 2.983,2 milhões em recursos oriundos do Tesouro Nacional. Esse valor supera em 5,6% os valores ingressados no mesmo período de 2012.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

Os saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) tiveram um incremento de 6,9% no semestre, atingindo o valor de R\$ 37.166,7 milhões.

Tabela 7 - ATIVOS GLOBAIS

DISCRIMINAÇÃO	BNB			FNE		
	30.06.2012	31.12.2012	30.06.2013	30.06.2012	31.12.2012	30.06.2013
Disponibilidades(*), Aplicações Interfinanceiras e TVM	16.532,5	17.879,9	20.022,2	2.475,5	990,4	899,0
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	0,0	0,0	3.407,2	5.541,9	5.843,0
Relações Interfinanceiras	359,6	356,6	393,0	1.498,6	1.558,7	1.604,5
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	10.352,1	10.524,3	10.085,4	33.070,2	34.753,6	37.166,7
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	2.184,0	2.901,9	3.039,3	1,8	2,1	2,1
Outros Valores e Bens Permanente	27,4	24,6	25,3	1,3	1,4	1,2
Total	29.652,7	31.888,9	33.794,2	40.454,6	42.848,1	45.516,5

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2013, corresponde a R\$ 11.622 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 572,4 milhões (5,2%) em relação à 31.12.2012, quando totalizava R\$ 11.049,6 milhões. Deste total, R\$ 22,4 milhões estão classificados como Títulos Mantidos Até o Vencimento.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficiente para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do Banco do Nordeste declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

DISPONIBILIDADE DO FNE

A redução do valor das disponibilidades do FNE, de R\$ 2.475,5 milhões para R\$ 899,0 milhões, decorreu do ritmo de contratações de projetos de financiamento e, conseqüentemente, gera acréscimo nos Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, de R\$ 3.407,2 milhões para R\$ 5.843,0 milhões, que irá sofrer reduções em razão de liberações das operações contratadas.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADOS

O Banco do Nordeste apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 2.518,3 milhões. O Capital Social de R\$ 2.437,0 milhões, representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade média sobre o Patrimônio Líquido foi de 16,2% a.a.

O Lucro Líquido foi de R\$ 200,0 milhões, com o valor de R\$ 2,30 por ação.

O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 45.516,53 milhões.

ACÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

PAC E COPA 2014

O Banco do Nordeste vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à Copa do Mundo de 2014.

No apoio à Copa do Mundo de 2014, o Banco contratou 13 operações no valor total de R\$ 106,37 milhões. São 60 financiamentos de projetos em apoio ao evento Copa do Mundo, contemplando recursos do FNE na ordem de R\$ 1,48 bilhão, viabilizando investimentos totais de R\$ 2,3 bilhões destinados, principalmente, a hotéis, pousadas, restaurantes e arenas esportivas.

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Banco contratou 14 operações no primeiro semestre de 2013 no valor total de R\$ 777 milhões. São 61 financiamentos contratados nos últimos anos, envolvendo empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2, cujos recursos somaram R\$ 10,37 bilhões, tendo sido viabilizados investimentos totais da ordem de R\$ 44,9 bilhões para os setores de energia e transportes.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As ações do Banco do Nordeste no desenvolvimento territorial são focadas na implementação de políticas públicas governamentais e associadas ao apoio creditício por meio da intermediação dos Agentes de Desenvolvimento. Contemplam desde o alcance de metas de aplicação de recursos e captação até a estruturação de atividades econômicas nos municípios e o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), além do esteio de diversas ações estruturantes do crédito, tendo como público-alvo os agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais (MPPRs), empreendedores individuais (EIs) e micro e pequenas empresas (MPes) .

Em relação às políticas públicas, a estratégia de desenvolvimento territorial do Banco contemplou, prioritariamente, as seguintes iniciativas do Governo Federal:

- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Conab), com inserção de 8.508 agricultores, por meio de articulações com suas organizações associativas;

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

- Programa Nacional de Alimentação Escolar - Merenda Escolar (PNAE), por meio da celebração de 04 acordos, beneficiando 240 produtores rurais; e
- Operacionalização do Programa Cisternas, por meio de contrato celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no valor de R\$ 85,7 milhões, que prevê a construção de 30.133 cisternas em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba.

MEIO AMBIENTE E INOVAÇÃO

O Banco contratou R\$ 58,6 milhões nos programas ambientais de crédito (FNDE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia) e R\$ 2,7 milhões no programa FNE Inovação.

Visando reduzir o desmatamento ilegal e promover o manejo sustentável da Caatinga, o Banco executou Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, objetivando maior eficiência energética dos ceramistas e gesseiros e a implantação de aterros sanitários nas grandes cidades, em conformidade à Política de Resíduos Sólidos.

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO

Como instituição financeira administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Banco do Nordeste integra à sua atuação creditícia o apoio às políticas federais para a Região Nordeste, consolidando, assim, a sua estratégia de ação desenvolvimentista.

Em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e a Sudene, entidades formuladoras das diretrizes do FNE, o Banco coordena o processo de elaboração da Programação Anual do Fundo, composta pelo plano de aplicação de recursos, pelas condições gerais e pelos programas de financiamento.

O Banco mobilizou esforços para prover crédito ágil, com recursos do FNE SECA - Programa Emergencial para Seca, para possibilitar a manutenção e recuperação de empreendimentos rurais, haja vista a seca que assola a Região desde 2012, a maior dos últimos 50 anos. Os financiamentos concedidos no FNE SECA atingiram R\$ 890,7 milhões, com 148.880 operações contratadas em 1.346 municípios em situação de emergência decretada pela Defesa Civil Nacional. Deste total, 81,2%, aproximadamente R\$ 723,6 milhões, destinaram-se ao Semiárido, beneficiando 120.165 empreendimentos produtivos.

O FNE SECA começou a ser operacionalizado em maio de 2012. Neste período foram realizadas 371,4 mil operações de financiamento, em 1.371 municípios, no total de R\$ 2,6 bilhões. Os mini, micro e pequenos portes receberam 98,3% dos recursos financeiros contratados, sendo que 86,4% foram destinados para a região do semiárido.

Em consonância com sua estratégia para diversificação de fontes e buscando atender à demanda por financiamento, o Banco captou recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aplicação em 2013 no montante de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 180 milhões para concessão de financiamentos ao microcrédito urbano e R\$ 20 milhões para profissionais liberais e cooperados urbanos.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE

O Banco, para as operações contratadas até 03.04.2012, atua como prestador de serviços de análise de viabilidade econômico-financeira e de risco dos projetos, amparado por contrato firmado com a Sudene; e como agente operador, na qualidade de instituição financeira oficial federal exclusiva. Nesta modalidade, até 2012, foram contratadas oito operações e financiamento total de R\$ 3,36 bilhões. Neste semestre foram liberados R\$ 650,0 milhões.

O Banco, para as operações contratadas após 03.04.2012, atua como agente operador preferencial, juntamente com outras instituições financeiras oficiais federais, com assunção integral do risco das operações contratadas. Neste semestre, foram contratadas 14 operações de crédito e financiamento total de R\$777 milhões.

As operações contratadas com recursos do FDNE financiam empreendimentos dos setores de energia, mineral não metálico e máquinas/equipamentos, demandando, nas duas modalidades supracitadas, o valor de R\$ 4,1 bilhões deste Fundo desde o início de sua operacionalização.

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS

O Banco, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-Etene, atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas; na avaliação de políticas e programas; e, complementarmente, na publicação de livros, revistas, informes, estudos e pesquisas, em conformidade com as diretrizes de seu Comitê de Editoração.

Dentre os estudos e pesquisas, destacam-se a publicação de Estudos sobre a Cadeia Produtiva e Estrutura de Mercado de Mel Nordestino e Brasileiro; Condomínios Logísticos no Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE; as Pesquisas sobre Micro e Pequenas Empresas do Nordeste Brasileiro: Perfil, Competitividade e Oportunidades de Negócios; e Confiança e Intenção de Compra e Perfil de Endividamento do Consumidor nas Capitais do Nordeste: Fortaleza, João Pessoa, Maceió.e Salvador.

Cabe destacar a relevância do projeto “Estudos Prospectivos sobre o Desenvolvimento do Nordeste” que objetiva traçar um perfil da realidade da Região Nordeste, analisando as principais mudanças ocorridas, as grandes permanências e as possibilidades e condições de um desenvolvimento mais acelerado, sustentável e consistente da Região.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS

Neste semestre foram produzidos o “Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)” e “Avaliações de Impacto e Eficiência das Empresas Beneficiadas pelo FNE: geração de emprego, massa salarial e salário médio”.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

FUNDOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE DESENVOLVIMENTO

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)

Tem por objetivo desenvolver, validar e difundir as tecnologias compatíveis com as peculiaridades regionais, especialmente do semiárido, considerando aspectos econômicos, sociais e culturais do setor produtivo. Foram financiados 34 projetos, totalizando financiamento de R\$ 1,8 milhão, em atividades como fruticultura, olericultura, turística, dentre outras.

Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase)

Tem por objetivo prestar colaboração financeira a projetos relacionados com atividades de interesse do Banco do Nordeste em sua área de atuação, por meio do custeio de estudos realizados pelo ETENE, além do custeio de eventos associados ao desenvolvimento regional.

O programa apoia também a difusão de experiências de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, quando apresentarem resultados positivos e for percebido potencial de reaplicação dos trabalhos de pesquisa ou aproveitamento dos resultados em outros estados. Neste período, foram financiados 17 (dezessete) projetos no montante de R\$ 1,3 milhão.

Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)

Tem por objetivo apoiar financeiramente estudos, programas e projetos que visem desenvolver tecnologias sociais e se propor a prestar assistência creditícia, técnica e social para atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes da área de atuação do Banco do Nordeste, preferencialmente para o semiárido. Neste período, foram financiados sete projetos no montante de R\$ 330 mil.

APOIO À INFRAESTRUTURA REGIONAL

Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro)

O Banco do Nordeste, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está estruturando o Prodepro. O Programa tem por objetivo viabilizar a oferta de infraestrutura para as cadeias produtivas da região de atuação do Banco, elevando a produtividade e a competitividade das empresas, em particular das pequenas e médias empresas (PMEs).

O Programa visa, ainda, maximizar a integração física entre os estados nordestinos e destes com as demais regiões do país, assim como expandir o comércio interno e externo destes estados e incrementar a atração de investimentos e o fomento às exportações, aumentando a capacidade de geração de empregos e renda na região.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

O Prodepro receberá US\$ 1,0 bilhão para financiamento de suas operações, sendo US\$ 500 milhões de recursos provenientes do BID e US\$ 500 milhões de recursos provenientes de contrapartida do Banco do Nordeste e dos Estados.

Em 08.03.2013, o programa teve Carta Consulta aprovada na Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, atualmente, encontra-se em fase de análise das propostas técnicas para elaboração do Plano Diretor de Investimentos (PDI) que definirá as ações prioritárias de cada estado a serem objeto de financiamento.

Programa de Gestão de Resíduos Sólidos - Nordeste (PGRS Nordeste)

O PGRS Nordeste é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto com o BID, que tem por objetivo contribuir para a melhoria da gestão de resíduos sólidos na região por intermédio da implantação da Coleta Seletiva e Reciclagem em 85 municípios da região Nordeste que dispõem de aterros sanitários.

O Banco do Nordeste consta na Carta Consulta do Programa como coexecutor, para operacionalização e repasse dos recursos do BID e MMA aos estados e Municípios por meio de Contratos de Repasse (não reembolsáveis). Os recursos envolvidos para aplicação em projetos na região Nordeste serão da ordem de US\$ 105 milhões. A Carta Consulta encontra-se na COFIEIX/SEAIN para apreciação desde dezembro de 2012.

GESTÃO ESTRATÉGICA

DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Banco do Nordeste, posição em 30.06.2013, conta com 6.303 empregados, 424 Bolsistas de Nível Médio, 515 Bolsistas de Nível Superior e 148 adolescentes. Busca-se promover a formação técnico-profissional dos adolescentes em cumprimento à Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097.

Neste semestre, o programa de Educação Formal ofertou 105 novas oportunidades, das quais 25 para programas de graduação, 76 para especialização e MBA, 3 para mestrados e 1 para doutorado. Ainda, foram realizadas 8.053 oportunidades de treinamento, das quais 2.042 (25,4%) na modalidade presencial e 6.011 (74,6%) ofertadas à distância, contemplando 74% do quadro funcional do Banco.

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.158, de 17.12.2003, o Banco conta com 2.716 empregados certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), sendo 2.359 com a Certificação Profissional CPA-10, destinada a profissionais da rede de agências, e 357 com a CPA-20, destinada a profissionais que atendem investidores qualificados.

PLANEJAMENTO

No primeiro semestre de 2013, diversas ações foram desenvolvidas com o objetivo de disseminar o Planejamento Estratégico 2013-2016 em todas as Unidades do Banco, e estimular nas equipes um comportamento voltado para o alcance dos objetivos estratégicos.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

O Programa de Ação das Agências e Superintendências Estaduais foi implantado com modelo de variáveis e metas que traduzem os objetivos estratégicos em objetivos das unidades.

MARKETING

Neste semestre foram realizadas ações estratégicas direcionadas para a gestão da marca, comunicação, excelência no atendimento, administração dos canais de interação com o cliente e instalação de novas agências.

Marca

No âmbito da gestão estratégica da marca, além das ações de consultoria ao público interno, realizadas durante o semestre, o Ambiente de Marketing avançou na consolidação da marca do Banco, aplicando o conceito amplo de *branding* (gestão integrada da marca) com foco em seu posicionamento.

Ainda, foram realizadas ações para o gerenciamento da identidade visual das unidades do Banco, com o objetivo de reforçar a visibilidade e a notoriedade da marca Banco do Nordeste, especialmente nas agências atuais e novas, que têm importante função de interação com nossos clientes e com a comunidade.

Excelência do Atendimento

O Banco do Nordeste tem monitorado o tempo de atendimento em todas as agências, bem como adotado melhorias nos processos de atendimento aos clientes, a fim de diminuir o tempo de espera nas filas.

Nesse propósito, foi realizada, como projeto piloto nas agências Fortaleza Montese (CE) e Campina Grande (PB), consultoria para implantação de um novo processo de atendimento, baseado na categorização de filas em que os clientes são atendidos de forma personalizada. Esse processo contribuiu para a diminuição do tempo de espera do cliente, de forma a atender os parâmetros especificados em leis e nos sistemas de autorregulação bancária da Febraban.

Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão

Neste semestre foram realizados 505.823 atendimentos. Os atendimentos envolveram assuntos relacionados à orientação profissional voltada para negócios, ao atendimento eletrônico relacionado aos serviços bancários e às contratações e renegociações de dívidas, assim como ao apoio às agências na prospecção de negócios e na venda de seguros residenciais em parceria com a Camed Corretora.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado em cumprimento da Lei 12.527/2011, atendeu 28.234 pedidos de informações, por meio das diversas formas de acesso disponibilizadas (Portal, e-Sic, Seção e CPI).

O Centro de Relacionamento recebeu o Selo de Ética emitido pelo Programa Brasileiro de Autorregulamentação do Setor de Relacionamento - PROBARE, que atesta a adequação de serviços de *call*

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

center, contact center, help desk, SAC e telemarketing ao Código de Ética elaborado pelas entidades representantes do mercado de Relacionamento com Clientes e Consumidores no País.

O selo recebido pelo Banco consolida o trabalho para alcançar a Excelência no Atendimento, tema de grande relevância e que faz parte do atual Posicionamento Estratégico do Banco do Nordeste.

Canais de Atendimento

Novas agências

Visando à expansão dos canais de atendimento, o Banco do Nordeste deu continuidade à implementação de ações com vistas a abertura de novas agências, com a inauguração de cinco unidades no primeiro semestre de 2013.

Espaços Nordeste

Canal de atendimento que integra ações culturais, de negócios e cidadania. Neste semestre, foram desenvolvidas ações com vistas à manutenção dos 30 espaços implantados. Os eventos socioculturais e de negócios realizados nas unidades do Espaço Nordeste beneficiaram cerca de 216.000 pessoas.

COMUNICAÇÃO

Como parte do trabalho de articulação com a Imprensa foram gerados 90 *releases*, que contribuíram para gerar a publicação de cerca de 300 páginas inteiras de matérias de jornais da Região citando o Banco do Nordeste. Faz parte da estratégia de articulação com a Imprensa e o fortalecimento da imagem do Banco do Nordeste, a manutenção de perfis nas redes sociais *Twitter, You Tube, Flickr e Slideshare*, além de uma *fan page* no *Facebook* (facebook.com/imprensabnb). Esta nova forma de relacionamento com a imprensa tem atualmente um alcance superior a 700 mil pessoas.

Na comunicação interna, foram colocadas no ar 50 edições da NordesTV, canal de TV disponível a todos os colaboradores, e a publicação de mais de 500 matérias no portal Notícias.com, com informações da Direção Geral e da rede de agências.

No segmento da publicidade, foram assinados contratos com as empresas vencedoras do processo licitatório para contratação das agências de publicidade. A primeira campanha publicitária voltada para o segmento de Micro e Pequenas Empresas será levada ao ar na primeira quinzena de julho.

ARQUITETURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS

A Diretoria Executiva aprovou 11 revisões de estrutura organizacional, destacando-se que duas foram relacionadas ao trabalho de revisão da estrutura organizacional da Direção Geral e uma em decorrência da atualização do quadro de dimensionamento de pessoal da Rede de Agências.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

O sistema de malote do Banco foi reestruturado, com a utilização das Superintendências Estaduais como centralizadoras, proporcionando um ganho no prazo de entrega de malotes em um dia, bem como redução de custos em cerca de R\$ 37.000,00 mensais.

LOGÍSTICA

O Banco conta com cinco novas agências: Ceará-Mirim (RN), Timon (MA), São Luis - São Cristóvão (MA), São José de Ribamar (MA) e Fortaleza - Washington Soares (CE). No âmbito das licitações e contratos, foram realizados 49 processos licitatórios, dos quais 32 na modalidade pregão eletrônico, possibilitando a redução no valor de contratação. Acrescente-se que foram firmados 338 novos contratos administrativos, 456 aditivos a contratos existentes e 92 autorizações de fornecimento, destinados ao suprimento de bens e serviços para o Banco.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

Planejamento Estratégico de TI (PETI)

Neste semestre, o PETI foi revisto para o quadriênio 2013-2016. Na revisão, o PETI contempla 23 projetos, dentre eles, sete projetos já concluídos.

Em relação à infraestrutura de TI, o Banco contratou os serviços de rede de comunicação de longa distância (REDE WAN) para o tráfego de dados, voz e imagem entre todas as Unidades do Banco, proporcionando maior disponibilidade e maior velocidade.

Projetos

29 projetos foram concluídos no primeiro semestre de 2013, contemplando:

- Projetos de sistemas cujo atendimento contribuiu para a melhoria dos processos de negócios e de suporte, envolvendo os Sistemas de Contas Correntes, SIAT, SIAC, SINC, SPB, dentre outros;
- Projetos de infraestrutura: Estruturação dos Serviços de Infraestrutura de TI para Unidades de Atendimento e Virtualização de Aplicações;
- Projetos utilizando tecnologias de *Business Intelligence* (BI).

Gestão de Demandas

Em março de 2013 foi implantado o novo processo de Gestão de Demandas que prevê uma pré-análise de todas as demandas submetidas à TI pelas unidades de negócio, atribuindo-as estimativas de esforço e custo, dando conhecimento e condicionando o atendimento à validação do custo pelas unidades solicitantes. As demandas são priorizadas por meio de critérios que ponderam a gravidade, urgência, tendência e alinhamento estratégico.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

Orçamento

O Banco do Nordeste dispendeu cerca de R\$ 95 milhões em TI no primeiro semestre de 2013, representando uma redução de 4,16% em relação ao mesmo período do ano passado.

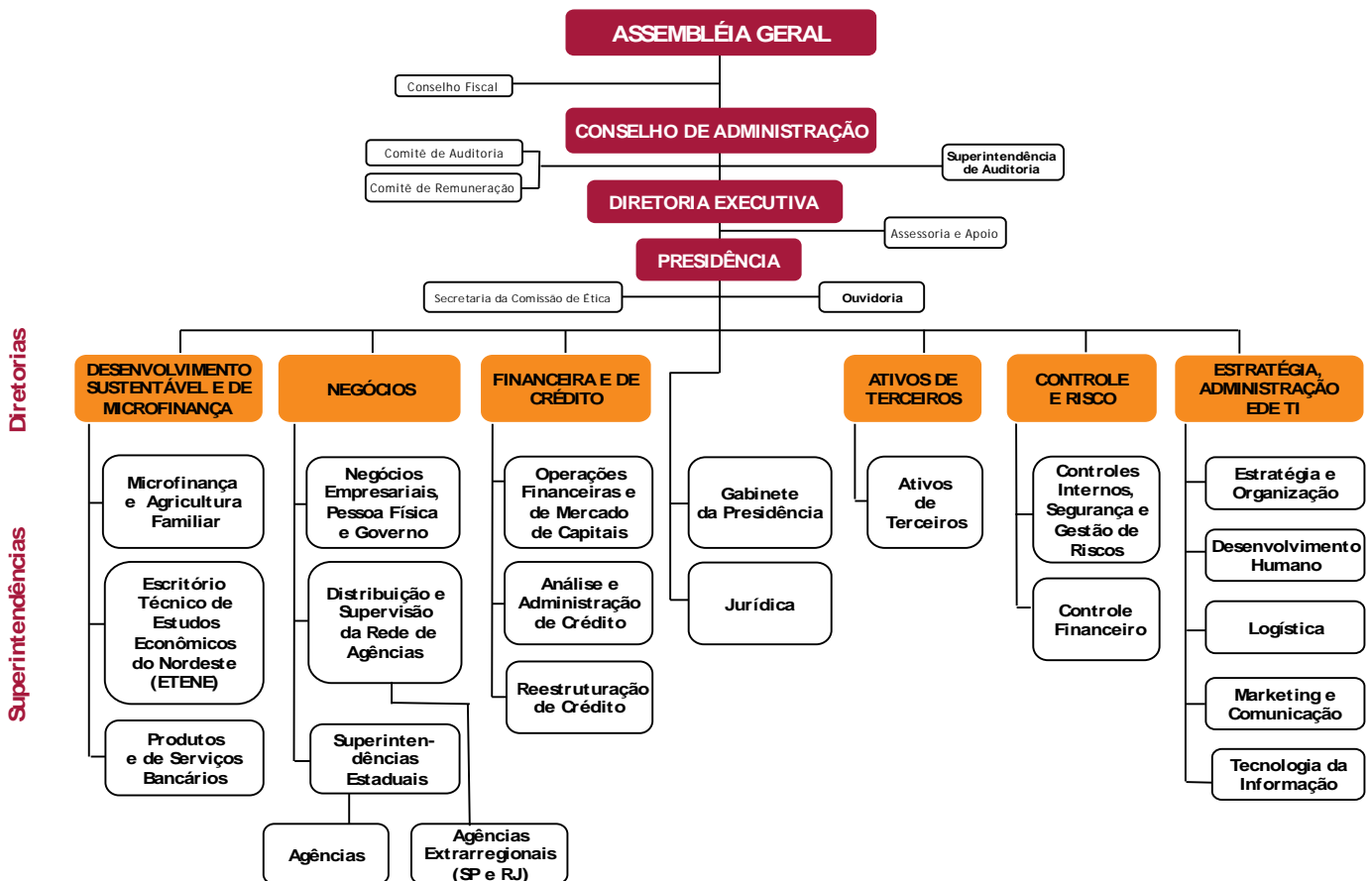
Central de Orientação ao Cliente Interno

No atendimento de usuários internos de Tecnologia da Informação, a Central de Orientação ao Cliente Interno recebeu 248 mil demandas relacionadas a incidentes, sugestões e esclarecimentos de dúvidas sobre operacionalização de recursos de TI. O índice de satisfação do cliente interno foi de 85%.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES

A nova estrutura organizacional do Banco do Nordeste está desenhada com base em princípios de boa governança corporativa, que visam prover de solidez o Banco, por meio de um adequado gerenciamento dos riscos.

Organograma do Banco do Nordeste



Na estrutura de Governança Corporativa do Banco do Nordeste estão presentes o Conselho de Administração, composto por seis membros, assessorado pelo Comitê de Auditoria, pela Auditoria Interna, e

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

pelo Comitê de Remuneração e a Diretoria Executiva, sendo esta composta pelo Presidente do Banco e seis Diretores. Além disso, conta com um Conselho Fiscal.

Visando manter a transparência na gestão e compartilhamento das responsabilidades, ressaltamos que todas as decisões do Banco do Nordeste são tomadas em colegiado, possuindo para tanto em sua estrutura organizacional 15 comitês e três subcomitês decisórios.

AUDITORIA INTERNA

No âmbito da Auditoria Interna foram realizados trabalhos relacionados com processos de negócios, processos de Tecnologia da Informação, processos em Agências e objetos mandatórios. A Auditoria coordenou o atendimento das demandas oriundas de órgãos de controle, entidades fiscalizadoras e auditorias externas, bem como conduziu procedimentos de apuração de irregularidades.

OUVIDORIA INSTITUCIONAL

A Ouvidoria é um canal de comunicação oferecido aos clientes do Banco visando ao atendimento das manifestações dos clientes que não ficaram plenamente satisfeitos com as soluções oferecidas pelos canais habituais de atendimento. As manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria com as unidades internas da instituição, além de possibilitarem a apresentação de solução mais adequada e justa à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, ensejam eventuais oportunidades de aperfeiçoamento no atendimento prestado e nos produtos e serviços disponibilizados pelo Banco do Nordeste.

COMISSÃO DE ÉTICA

Em cumprimento ao previsto no artigo 6º do Decreto nº 6.029, as atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP), compreendendo o período de maio do ano anterior a abril do ano corrente.

GESTÃO DE RISCOS

A política corporativa de gestão de riscos é revisada anualmente e os assuntos estratégicos relacionados a essa gestão são submetidos à apreciação do Comitê de Gestão de Riscos.

Para o acompanhamento dos riscos são disponibilizados informativos com periodicidade mensal, para os riscos de crédito e operacional, e diária, para os riscos de mercado e de liquidez.

CONTROLES INTERNOS

Visando ao fortalecimento dos controles internos de produtos e processos com gestão centralizada, foram realizadas, como rotina, atividades de verificação de conformidade das operações e processos.

Destaca-se a elaboração e implantação da metodologia de cálculo do *rating* das agências do Banco, bem como o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados nas atividades de certificação.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

SEGURANÇA CORPORATIVA

Os procedimentos de segurança corporativa adotados pelo Banco do Nordeste estão em conformidade com as modernas políticas, projetos e ações do mercado, envolvendo as disciplinas de Segurança Física e Lógica da Informação, Bancária, das Comunicações e da Integridade Física de Pessoas, bem como Gerência e Recursos de Segurança e a Prevenção e Combate a Ilícitos Financeiros.

RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES E COM O MERCADO FINANCEIRO

Com o objetivo de elevar o nível de governança corporativa do Banco do Nordeste foi aprovado, neste semestre, processo de conversão das ações PN em ações ON, todas com direito a voto. Citado processo, já anunciado ao mercado, será concluído ao longo do segundo semestre de 2013.

AVALIAÇÃO DE RISCO INTERNACIONAL E LOCAL - RATING

A Moody's Investors Service confirmou o grau de investimento em escala global: 'Baa2' em depósito em moeda estrangeira de longo prazo, e 'Prime-2' para depósito em moeda estrangeira de curto prazo. Já na escala nacional, a Agência manteve o *rating* de 'Aaa.br' de longo prazo e 'BR-1' de curto prazo. Todos os *ratings* têm perspectiva estável.

A Fitch confirmou o grau de investimento em escala global, onde os IDRs de Longo Prazo, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda local, ficaram em 'BBB', com perspectiva estável. Os IDRs de curto prazo, em moeda estrangeira e em moeda local, ficaram em 'F2'. Os *ratings* nacional de longo prazo e de curto prazo foram 'AAA(bra)' e 'F1+(bra)', respectivamente. De acordo com a Agência, a classificação atribuída reflete a importância do Banco para o desenvolvimento da região Nordeste do país.

A Standard & Poor's alterou a perspectiva, de estável para negativa, dos *ratings* soberano em moeda estrangeira e em moeda local, ficando os *ratings* de longo prazo 'BBB/Negativa' e os *ratings* de curto prazo 'A-2'. Esta perspectiva refletiu em ação similar nos *ratings* de algumas entidades de serviços financeiros do Brasil, incluindo o Banco do Nordeste. Para a Agência, tal perspectiva é resultado do lento crescimento do PIB nacional e contínuo risco de uma política fiscal expansionista que enfraqueceram o perfil financeiro do país.

CONVERGÊNCIA CONTÁBIL AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

O Banco do Nordeste divulga suas demonstrações financeiras anuais de acordo com o padrão contábil International Financial Reporting Standards (IFRS), preconizado pelo International Accounting Standard Board (IASB).

No caso de instituições financeiras, o padrão do IASB é obrigatório no Brasil somente para divulgação de demonstrativos financeiros consolidados, enquanto os demonstrativos individuais são dispensados dessa divulgação.

Relatório da Administração-1º Semestre de 2013

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Banco do Nordeste, ciente de sua importância na promoção do desenvolvimento socioeconômico da Região de modo integrado e sustentável, vincula a temática Responsabilidade Socioambiental às suas decisões estratégicas e à forma como interage com a sociedade.

No primeiro semestre de 2013, foram desenvolvidos programas, projetos e ações fortalecendo a responsabilidade socioambiental na organização, tais como:

- Elaboração do Relatório de Sustentabilidade, com certificação, baseado nas diretrizes da Global Report Initiative (GRI), e da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa), referentes ao ano de 2012;
- Elaboração da Comunicação de Progresso (COP) relativa à adesão ao Pacto Global, objetivando relatar as ações realizadas em seus processos de decisão e nas atividades diárias do Banco, acerca dos princípios relacionados às áreas de direitos humanos, relações de trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.

A CULTURA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

O Banco do Nordeste atua fortemente no incentivo ao fortalecimento da identidade cultural da Região Nordeste do Brasil, no entendimento que a cultura contribui para o desenvolvimento regional.

No período de janeiro a maio de 2013, os três centros culturais receberam um público total de 412 mil visitantes. Neste semestre, foram contratados 87 projetos de patrocínio com montante de R\$ 2,4 milhões, por meio do Programa de Cultura Banco do Nordeste/BNDES.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como auditoria externa, não prestou, no ano de 2013, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		30.06.2013	30.06.2012
CIRCULANTE		15.646.771	12.832.360
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	116.172	111.359
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	8.026.776	5.674.805
Aplicações no Mercado Aberto		8.005.374	5.400.698
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		21.402	274.107
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	848.006	280.904
Carteira Própria		694.523	277.441
Vinculados à Prestação de Garantias		153.483	3.463
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		350.837	319.655
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		45.442	42.612
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	297.799	269.689
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	5.667	5.432
Repasses Interfinanceiros.....		1.069	975
Correspondentes.....		860	947
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.155.813	4.618.119
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.804.515	4.906.796
Setor Público		132.711	96.779
Setor Privado		4.671.804	4.810.017
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(648.702)	(288.677)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.123.874	1.800.100
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	49	-
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	491.105	579.857
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	40.369	24.468
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	4
Diversos	(Nota 10.e)	1.605.538	1.201.374
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(13.191)	(5.603)
OUTROS VALORES E BENS		25.293	27.418
Outros Valores e Bens		5.914	6.305
(Provisões para Desvalorizações)		(757)	(846)
Despesas Antecipadas		20.136	21.959
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.918.417	16.623.261
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	11.031.266	10.465.440
Carteira Própria.....		9.702.560	9.249.021
Vinculados a Compromissos de Recompra		936.846	765.531
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		257.277	184.060
Vinculados à Prestação de Garantias		134.583	266.828
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		42.223	39.981
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	531	12
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	38.487	36.068
Repasses Interfinanceiros.....		3.205	3.901
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.929.551	5.733.941
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.278.575	6.059.593
Setor Público		1.257.592	1.300.099
Setor Privado		5.020.983	4.759.494
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(349.024)	(325.652)
OUTROS CRÉDITOS		915.377	383.899
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	18.049	-
Diversos	(Nota 10.e)	944.028	437.740
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(46.700)	(53.841)
PERMANENTE	(Nota 12)	229.045	197.077
INVESTIMENTOS		1.785	1.705
Outros Investimentos.....		7.088	7.008
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		226.575	194.094
Imóveis de Uso		159.361	145.531
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		105.410	105.410
Outras Imobilizações de Uso		224.472	181.495
(Depreciações Acumuladas)		(262.668)	(238.342)
DIFERIDO		685	1.278
Gastos de Organização e Expansão.....		2.252	3.656
(Amortização Acumulada).....		(1.567)	(2.378)
TOTAL DO ATIVO		33.794.233	29.652.698

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**PASSIVO**

		30.06.2013	30.06.2012
CIRCULANTE		12.440.090	12.130.526
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	5.626.788	5.229.498
Depósitos a Vista.....		150.512	117.046
Depósitos de Poupança.....		1.622.124	1.470.180
Depósitos Interfinanceiros.....		929.473	787.554
Depósitos a Prazo.....		2.924.679	2.854.718
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	934.479	757.199
Carteira Própria.....		896.790	681.816
Carteira de Terceiros.....		37.689	75.383
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	35.101	211.208
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		25.769	202.694
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		9.332	8.514
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		36.383	30.986
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		36.383	30.986
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		3.673	52.625
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		3.608	51.187
Transferências Internas de Recursos.....		65	1.438
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	676.571	652.893
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		18.614	17.186
Empréstimos no Exterior.....		657.957	635.707
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	147.639	249.314
Tesouro Nacional.....		232	249
BNDES.....		123.767	234.063
FINAME.....		23.640	15.002
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	1.462	9.842
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		1.462	9.842
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	95.859	87.370
Repasses do Exterior.....		95.859	87.370
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		4.882.135	4.849.591
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	31.941	43.399
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	1.839	17.246
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	139.989	73.211
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	492.531	441.469
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	68	9
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	2.402.311	2.957.993
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	36.757	35.019
Diversas.....	(Nota 16.i)	1.776.699	1.281.245
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.835.829	14.951.731
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	5.754.518	3.915.230
Depósitos a Vista.....		12.509	19.018
Depósitos Interfinanceiros.....		102.918	-
Depósitos a Prazo.....		5.639.091	3.896.212
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	37.471	79.640
Carteira Própria.....		37.471	79.640
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	1.383.306	1.280.196
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		-	405
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.383.306	1.279.791
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	18.614	34.371
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		18.614	34.371
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	1.535.240	1.291.874
Tesouro Nacional.....		561	614
BNDES.....		1.381.930	1.152.169
FINAME.....		152.749	139.091
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	1.137	16.938
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		1.137	16.938
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	751.951	773.227
Repasses do Exterior.....		751.951	773.227
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		9.353.592	7.560.255
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	4.507.173	3.062.360
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	1.164.942	1.090.090
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	1.390.385	1.274.570
Diversas.....	(Nota 16.i)	2.291.092	2.133.235
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	16
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		-	16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.518.314	2.570.425
CAPITAL.....		2.437.000	2.142.000
De Domiciliados no País.....		2.437.000	2.142.000
RESERVAS DE REAVLIAÇÃO.....		21.757	24.051
RESERVAS DE LUCROS.....		517.972	291.087
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		(458.031)	(70.677)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....		-	184.348
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO		33.794.233	29.652.698

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012**Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2013	1º sem/2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.690.418	1.929.248
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	855.530	1.001.858
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	686.461	694.472
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	51.220	114.265
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	83.169	107.323
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	8.747	11.330
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		5.291	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.353.797)	(1.511.545)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(482.244)	(585.080)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(475.523)	(685.758)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(396.030)	(240.707)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		336.621	417.703
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(150.350)	(208.587)
Receitas de Prestação de Serviços.....		829.848	710.541
Rendas de Tarifas Bancárias.....		14.961	13.435
Despesas de Pessoal:		(599.937)	(547.317)
Despesas de Pessoal.....		(528.324)	(478.643)
Benefícios Pós-Emprego.....		(71.613)	(68.674)
Outras Despesas Administrativas.....		(384.428)	(419.780)
Despesas Tributárias.....		(106.564)	(96.270)
Outras Receitas Operacionais.....		719.825	814.052
Outras Despesas Operacionais.....		(624.055)	(683.248)
RESULTADO OPERACIONAL		186.271	209.116
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		83	1.119
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		186.354	210.235
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	27.756	237.625
Provisão para Imposto de Renda.....		(133.748)	(86.125)
Provisão para Contribuição Social		(82.887)	(54.187)
Ativo Fiscal Diferido.....		244.391	377.937
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(14.082)	(17.506)
LUCRO LÍQUIDO.....		200.028	430.354
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(67.800)	(67.300)
Nº de Ações (em mil)		87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		2,30	4,95

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2011.....	2.010.000	-	25.198	104.636	132.862	7.038	50.149	-	(384)	2.329.499
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....							63.522			63.522
Ajuste de TVM.....										
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		132.000			(132.000)					-
Incorporação ao Capital.....	132.000	(132.000)								-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(1.912)					1.912		-
Encargos Tributários.....			765					(765)		-
OUTROS(Transferências para pagamento JCP Complementar 2011).....										(7.038)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								246.006		246.006
Destinações:										
Reservas.....				12.300	111.768			(124.068)		-
Dividendos e JCP.....								(61.468)		(61.468)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....								(61.521)		-
OUTROS(Provisão do IR sobre JCP do Semestre).....								(96)		(96)
SALDOS EM 30.06.2012.....	2.142.000	-	24.051	116.936	112.630	61.521	113.671	-	(384)	2.570.425
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Ganhos e Perdas Atuariais - Adoção da Delib. CVM 695).....	-	-	-	-	-	-	(184.348)	184.348	-	-
SALDOS EM 30.06.2012 AJUSTADO.....	2.142.000	-	24.051	116.936	112.630	61.521	(70.677)	184.348	(384)	2.570.425
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	132.000	-	(1.147)	12.300	(20.232)	54.483	(120.826)	184.348	-	240.926
SALDOS EM 31.12.2012.....	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	93.737	-	(384)	2.683.751
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Ganhos e Perdas Atuariais - Adoção da Delib. CVM 695).....	-	-	-	-	-	-	(312.129)	312.129	-	-
SALDOS EM 31.12.2012 AJUSTADO.....	2.142.000	-	22.904	130.054	295.440	-	(218.392)	312.129	(384)	2.683.751
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(201.843)			(201.843)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(37.796)			(37.796)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		295.000			(295.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva:										
Valor Bruto.....			(1.912)					1.912		-
Encargos Tributários.....			765					(765)		-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								200.028		200.028
Destinações:										
Reservas.....				10.001	327.042			(337.043)		-
Dividendos e JCP.....								(125.729)		(125.729)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....								(50.435)		-
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)								(97)		(97)
SALDOS EM 30.06.2013.....	2.142.000	295.000	21.757	140.055	327.482	50.435	(458.031)	-	(384)	2.518.314
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	295.000	(1.147)	10.001	32.042	50.435	(239.639)	(312.129)	-	(165.437)

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. 07.237.373/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2013	30.06.2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período.....	200.028	430.354
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	16.975	14.501
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(3)	(402)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	390.587	232.462
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	5.443	8.245
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	391.527	295.316
Provisão para Passivos Contingentes.....	19.209	89.376
Provisão (Benefícios pós-emprego)	71.613	68.674
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	2.639	1.824
Reversão de Provisões Operacionais	(10.823)	(65.862)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	58.003	58.251
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	75.320	59.856
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(125.826)	(61.468)
Lucro Líquido Ajustado.....	1.094.692	1.131.127
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	121.516	(85.355)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(12.060)	20.965
Operações de Crédito.....	48.379	5.808
Outros Créditos.....	(4.499)	(213.821)
Outros Valores e Bens.....	(592)	(9.800)
Depósitos.....	1.559.867	180.228
Captações no Mercado Aberto	151.435	132.466
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	24.162	727.797
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(29.623)	79.183
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(69.627)	5.652
Outras Obrigações.....	(36.450)	1.366.245
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(296.935)	(187.802)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	2.550.265	3.152.693
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(774.317)	(575.035)
Ganhos e Perdas Atuariais.....	(37.796)	(184.348)
Inversões em Investimentos.....	(65)	(137)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(44.818)	(22.617)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(172)	(326)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	425	16
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	81	233
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(856.662)	(782.214)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(65.833)	(7.039)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(65.833)	(7.039)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.627.770	2.363.440
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do Período.....	6.456.087	3.181.677
No fim do Período.....	8.083.857	5.545.117
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.627.770	2.363.440

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. PEDRO RAMALHO, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2013	%	30.06.2012	%
RECEITAS	2.235.051		2.544.442	
Intermediação Financeira	1.690.418		1.929.248	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	844.809		723.976	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(396.030)		(240.707)	
Outras Receitas/Despesas	95.854		131.925	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(957.767)		(1.270.838)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(359.351)		(399.011)	
Materiais, Energia e Outros	(34.191)		(30.502)	
Serviços de Terceiros	(185.333)		(175.333)	
Outras	(139.827)		(193.176)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(74.994)		(89.769)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(7.289)		(23.212)	
Transportes	(9.400)		(7.823)	
Segurança	(13.664)		(11.089)	
Viagens	(6.576)		(8.008)	
Outras	(27.904)		(53.275)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	917.933		874.593	
RETENÇÕES	(16.975)		(14.501)	
Depreciação, amortização e exaustão	(16.975)		(14.501)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	900.958		860.092	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	900.958		860.092	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	900.958		860.092	
PESSOAL	530.883	58,9	489.108	56,9
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	369.432	41,0	337.609	39,3
Proventos	355.350		320.103	
Participação nos lucros	14.082		17.506	
BENEFÍCIOS	134.657	14,9	127.197	14,8
Provisões (Benefícios pós-emprego)	71.613		68.674	
Benefícios - Outros	63.044		58.523	
FGTS	26.794	3,0	24.302	2,8
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	161.945	18,0	(65.638)	(7,6)
Federais	153.464		(73.129)	
Estaduais	16		12	
Municipais	8.465		7.479	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	8.102	0,9	6.268	0,7
Aluguéis	8.102		6.268	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	200.028	22,2	430.354	50,0
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	67.800	7,5	67.300	7,8
União	63.816		63.346	
Outros	3.984		3.954	
DIVIDENDOS	108.460	12,0	55.785	6,5
União	102.088		52.507	
Outros	6.372		3.278	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	23.768	2,6	307.269	35,7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefício Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009); e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

1) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego, tendo em vista que os valores correspondentes ao custo do serviço corrente e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo são reconhecidos no Resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido do passivo, são reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

Considerando que o Banco reconhecia, no Resultado, todos os ganhos e perdas atuariais desde 2010, não houve necessidade de realizar cálculos retrospectivos a 31.12.2011, para fins de adoção das disposições da Deliberação CVM nº 695.

Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas pela apuração das perdas atuariais dos períodos, utilizando-se as melhores estimativas a partir dos dados disponíveis para cálculos da espécie, e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios pós-emprego, na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012.

Os efeitos dessa reapresentação estão resumidos a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	-	184.348	184.348
Ajustes de Avaliação Patrimonial ⁽²⁾	113.671	(184.348)	(70.677)

⁽¹⁾ O ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

⁽²⁾ A alteração registrada em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” refere-se ao valor da perda atuarial apurada, registrada originalmente em conta de Resultado (“Despesas de Pessoal”).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Pessoal – Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	(253.022)	184.348	(68.674)
Lucro Líquido ⁽¹⁾	246.006	184.348	430.354

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste registrado na rubrica “Despesas de Pessoal” decorrente do valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido ⁽¹⁾	246.006	184.348	430.354
Ganhos ou Perdas Atuariais ⁽¹⁾	-	(184.348)	(184.348)

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta “Ganhos e Perdas Atuariais” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido ⁽¹⁾	246.006	184.348	430.354
Ajuste ao Lucro Líquido: Provisão (Benefícios Pós-Emprego – Deliberação CVM nº 695) ⁽²⁾	253.022	(184.348)	68.674

⁽¹⁾ O ajuste registrado no Lucro Líquido refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ A alteração no “Ajuste ao Lucro Líquido: Provisão (Benefícios Pós-Emprego – Deliberação CVM nº 695)” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros ou Prejuízos Acumulados ⁽¹⁾	-	184.348	184.348
Ajustes de Avaliação Patrimonial	113.671	(184.348)	(70.677)

⁽¹⁾ O ajuste registrado na conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	30 de Junho de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Benefícios ⁽¹⁾	311.545	(184.348)	127.197
Lucros Retidos no Período ⁽²⁾	122.921	184.348	307.269

⁽¹⁾ O ajuste realizado em Benefícios refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

⁽²⁾ O ajuste registrado em Lucros Retidos no Período refere-se ao valor da perda atuarial apurada.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.06.2013 e 30.06.2012.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2013			01.01 a 30.06.2012		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.619.044	791.283	2.410.327	1.994.732	749.687	2.744.419
Receitas de Operações de Crédito	855.530	-	855.530	1.001.858	-	1.001.858
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	383.111	303.350	686.461	397.901	296.571	694.472
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	51.220	-	51.220	114.265	-	114.265
Resultado de Operações de Câmbio	83.169	-	83.169	107.323	-	107.323
Resultado de Aplicações Compulsórias	8.747	-	8.747	11.330	-	11.330
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	5.291	-	5.291	-	-	-
Outras Receitas	231.976	487.933	719.909	362.055	453.116	815.171
Despesas	(1.065.841)	(684.074)	(1.749.915)	(1.254.680)	(607.855)	(1.862.535)
Despesas de Captação no Mercado	(482.244)	-	(482.244)	(585.080)	-	(585.080)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(185.827)	(289.696)	(475.523)	(402.530)	(283.228)	(685.758)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(396.030)	(391.527)	(787.557)	(240.707)	(294.867)	(535.574)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(1.740)	(2.554)	(4.294)	(26.363)	(29.633)	(55.996)
Provisão Proagro a Receber	-	(297)	(297)	-	(127)	(127)
Margem Financeira	553.203	107.209	660.412	740.052	141.832	881.884
Rendas de Prestação de Serviços	149.396	680.452	829.848	117.023	593.518	710.541
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	14.961	-	14.961	13.435	-	13.435
Pasep e Cofins	(41.470)	(56.438)	(97.908)	(37.248)	(50.731)	(87.979)
Resultado após Tarifas e Comissões	676.090	731.223	1.407.313	833.262	684.619	1.517.881
Despesas Administrativas			(984.365)			(967.097)
Despesas de Pessoal			(599.937)			(547.317)
Depreciação e Amortização			(16.975)			(14.501)
Outras Despesas Administrativas			(367.453)			(405.279)
Outras Despesas			(219.040)			(305.345)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(17.554)			(35.204)
Lucro antes da Tributação e Participações			186.354			210.235
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			27.756			237.625
Participações no Lucro			(14.082)			(17.506)
Lucro Líquido			200.028			430.354

⁽¹⁾ As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 10 (R\$ 217 em 30.06.2012) compõem o saldo de Outras Despesas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Disponibilidades em Moeda Nacional	114.953	110.141
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.219	1.218
Total da Disponibilidade de Caixa	116.172	111.359
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.967.685	5.433.758
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	8.083.857	5.545.117

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.005.374	5.400.698
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	7.967.685	5.325.315
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	37.689	75.383
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.402	274.107
Aplicações em Moeda Estrangeira	21.402	62.923
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	211.184
Total	8.026.776	5.674.805
Saldo de Curto Prazo	8.026.776	5.674.805

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	251.641	180.976
Posição Bancada	247.278	175.836
Posição Financiada	4.363	5.140
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.720	13.384
Total	253.361	194.360

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Títulos Disponíveis para Venda	11.599.618	10.546.353
Títulos Mantidos até o Vencimento	22.377	15.931
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	257.277	184.060
Total	11.879.272	10.746.344
Saldo de Curto Prazo	848.006	280.904
Saldo de Longo Prazo	11.031.266	10.465.440

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2013				30.06.2012			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	11.336.989	11.174.337	(162.652)		9.926.445	10.047.911	121.466	
Letras Financeiras do Tesouro	8.264.142	8.271.784	7.642	2013 a 2018	7.718.156	7.737.241	19.085	2012 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	11	11	-	2014	8	8	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.192.047	1.267.397	75.350	2050	1.120.056	1.328.930	208.874	2050
Letras Financeiras	1.097.757	1.053.040	(44.717)	2014 a 2019	232.871	218.009	(14.862)	2014 a 2016
Debêntures	749.623	576.798	(172.825)	2014 a 2019	815.000	750.082	(64.918)	2013 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	-	-	-		8.136	7.992	(144)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.516	5.092	(1.424)	2027	6.993	5.413	(1.580)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	26.609	-	(26.609)	1993	24.909	-	(24.909)	1993
Títulos da Dívida Agrária	284	215	(69)	2013 a 2022	316	236	(80)	2012 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	13.934	12.571	(1.363)		15.503	14.159	(1.344)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.363	-	(1.363)	2014	1.344	-	(1.344)	2014
Cotas de FIDC	10.670	10.670	-	2014	13.830	13.830	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.573	1.573	-	2100	-	-	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	241	241	-	Sem Vencimento	229	229	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	87	87	-	Sem Vencimento	100	100	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	140.298	124.643	(15.655)		144.159	213.992	69.833	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	163	(187)	Sem Vencimento	4.211	296	(3.915)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	124.480	(15.468)	Sem Vencimento	139.948	213.696	73.748	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	288.573	288.067	(506)		270.794	270.291	(503)	
Letras Financeiras do Tesouro	287.795	287.984	189	2013 a 2018	266.178	266.693	515	2012 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	778	83	(695)	1993 a 2027	742	89	(653)	1993 a 2027
Debêntures	-	-	-		3.874	3.509	(365)	2018
Total da Categoria	11.779.794	11.599.618	(180.176)		10.356.901	10.546.353	189.452	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	141.566		-	-	52.967	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(69.496)		-	-	(128.748)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(108.106)		-	-	113.671	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 153.483 (R\$ 143.125 em 30.06.2012); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.738 (R\$ 1.619 em 30.06.2012); Garantias em Processos Judiciais R\$ 117.020 (R\$ 110.778 em 30.06.2012); e Demais Garantias R\$ 15.826 (R\$ 14.769 em 30.06.2012).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ (180.176) (R\$ 189.452 em 30.06.2012). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (108.106) (R\$ 113.671 em 30.06.2012).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2013			30.06.2012		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	22.377	22.364		15.931	15.917	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2014	1.738	1.738	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	238	225	2013 a 2014	240	226	2013 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.465	12.465	2017	10.387	10.387	2017
FIP Brasil Agronegócios	7.654	7.654	2018	3.566	3.566	2018
Total da Categoria	22.377	22.364		15.931	15.917	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2013 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	251.641	180.976
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.720	13.384
Títulos de Renda Fixa	428.747	496.973
Títulos de Renda Variável	4.353	3.139
Total	686.461	694.472

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2013, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Vr. Nocional	Composição em 30.06.2013						Ajuste a Mercado Líquido
		Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	255.181	-	217.873	-	37.308	-	37.308
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	107.459	2.096	2.599	-	2.912	2.815	405	2.410
Total	1.195.094	257.277	2.599	217.873	2.912	40.123	405	39.718
Crédito Tributário (Nota 21.b)								162
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(16.049)

Composição em 30.06.2012								
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	184.060	-	159.170	-	24.890	-	24.890
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	262.263	-	26.780	-	9.077	-	(17.703)	(17.703)
Total	1.349.898	184.060	26.780	159.170	9.077	24.890	(17.703)	7.187
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								-

Especificação	30.06.2013		30.06.2012	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	403	-	4.755
3 a 12 meses	-	1.059	-	5.087
1 a 3 anos	161.468	1.101	-	13.648
3 a 5 anos	878	36	118.507	3.290
5 a 15 anos	94.931	-	65.553	-
Total	257.277	2.599	184.060	26.780

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2013				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.318.658	1.100.785	1.390.875	1.135.694	37.308
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.337.525		1.391.471		53.946
Crédito Tributário (Nota 21.b)					21.578

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 1.166 sobre os juros da operação.

Especificação	30.06.2012				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.261.532	1.102.362	1.286.034	1.101.975	24.890
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.220.229		1.287.241		67.012
Crédito Tributário (Nota 21.b)					-

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 1.064 sobre os juros da operação.

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, Eurobonds – Senior Unsecured Notes, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de Eurobonds – Senior Unsecured Notes, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do semestre.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (Eurobonds – Senior Unsecured Notes) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	121.786	124.698	124.956	125.458	2.410

Especificação	30.06.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	330.704	339.781	330.579	357.359	(17.703)

c.3) Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	50.707
Total	-	50.707

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
<i>Swap</i>	51.220	114.265
Total	51.220	114.265

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2013			30.06.2012		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	267.158	-	267.158	243.714	-	243.714
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	30.641	-	30.641	25.975	-	25.975
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	61.600	(23.113)	38.487	58.515	(22.447)	36.068
Tesouro Nacional - Crédito Rural	7.539	(1.341)	6.198	6.603	(1.159)	5.444
Total	366.938	(24.454)	342.484	334.807	(23.606)	311.201
Saldo de Curto Prazo	304.807	(1.341)	303.466	276.280	(1.159)	275.121
Saldo de Longo Prazo	62.131	(23.113)	39.018	58.527	(22.447)	36.080

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.247	7.512
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.556	1.623
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	169	28
Desvalorização de Créditos Vinculados	(225)	2.167
Total	8.747	11.330

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2013		30.06.2012	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.083.090	(997.726)	10.966.389	(614.329)
Curto Prazo	4.804.515	(648.702)	4.906.796	(288.677)
Longo Prazo	6.278.575	(349.024)	6.059.593	(325.652)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	541.542	(13.191)	526.811	(13.062)
Curto Prazo	480.638	(13.191)	525.965	(5.379)
Longo Prazo	60.904	-	846	(7.683)
Total	11.624.632	(1.010.917)	11.493.200	(627.391)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Adiantamentos a Depositantes	90	152
Empréstimos	4.838.686	5.033.009
Títulos Descontados	64.715	165.099
Financiamentos	2.056.688	1.960.954
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	194.622	139.487
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	416.781	457.171
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.642.077	1.355.433
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.869.188	1.854.841
Subtotal de Operações de Crédito	11.083.090	10.966.389
Avais e Fianças Honrados	49	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.719	13.543
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.674	1.655
Títulos e Créditos a Receber	11.604	4.348
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	435.078	507.265
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	78.418	-
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	541.542	526.811
Total	11.624.632	11.493.200

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Empréstimos e Títulos Descontados	397.632	489.681
Financiamentos	310.677	394.809
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	66.940	75.305
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	79.799	41.389
Outros Valores	482	674
Total	855.530	1.001.858

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2013	Total em 30.06.2012
Rural	15.092	40.964	8.597	47.103	20.181	1.437.540	1.569.477	1.318.383
Indústria	88.340	93.946	53.447	161.309	198.386	1.520.432	2.115.860	2.302.936
Governo	7.332	7.332	21.773	21.996	74.278	1.257.592	1.390.303	1.397.377
Outros Serviços	616.962	434.417	421.383	819.599	470.235	1.343.627	4.106.223	4.036.169
Comércio	131.229	89.830	69.523	264.929	380.544	439.358	1.375.413	1.529.956
Intermediários Financeiros	3.367	3.346	3.269	10.016	19.040	87.592	126.630	333.941
Habitação	1.015	888	709	1.217	217	36	4.082	3.174
Pessoas Físicas	6.530	3.858	3.565	11.547	7.364	18.878	51.742	50.798
Total	869.867	674.581	582.266	1.337.716	1.170.245	6.105.055	10.739.730	10.972.734

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2013	Total em 30.06.2012
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	1.977	3.767	267	1.703	3.558	16.794	28.066	9.429
Indústria	3.571	3.482	3.374	9.950	18.553	19.664	58.594	65.042
Outros Serviços	12.293	11.146	9.548	26.399	44.452	162.427	266.265	80.732
Comércio	7.457	6.588	8.117	16.706	26.352	34.714	99.934	112.383
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	3.022
Habitação	11	7	5	5	1	-	29	14
Pessoas Físicas	434	226	241	677	777	897	3.252	4.958
Total	25.743	25.216	21.552	55.440	93.693	234.496	456.140	275.580

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 30.06.2013	Total em 30.06.2012
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	1.070	3.651	470	2.835	16.495	12.505	17.021	54.047	35.833
Indústria	1.849	1.983	5.774	4.272	15.340	118.601	87	147.906	59.222
Outros Serviços	5.590	9.854	17.932	14.150	41.464	62.398	182	151.570	65.785
Comércio	2.110	5.515	7.342	9.552	18.143	26.483	1.229	70.374	78.796
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	1	1	1.427
Habitação	-	8	5	10	9	4	-	36	6
Pessoas Físicas	56	497	558	290	1.068	1.910	449	4.828	3.817
Total	10.675	21.508	32.081	31.109	92.519	221.901	18.969	428.762	244.886

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2013				30.06.2012			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.611.204	-	3.611.204	-	3.544.263	-	3.544.263	-
A	3.806.107	-	3.806.107	19.031	4.474.679	-	4.474.679	22.373
B	2.682.200	32.381	2.714.581	27.146	1.850.293	63.360	1.913.653	19.137
C	102.246	56.231	158.477	4.754	293.108	51.794	344.902	10.347
D	102.016	29.379	131.395	13.139	545.661	38.188	583.849	58.385
E	52.672	120.565	173.237	51.971	30.232	51.733	81.965	24.589
F	93.778	126.920	220.698	110.349	11.446	35.777	47.223	23.611
G	50.250	31.101	81.351	56.945	29.149	83.243	112.392	78.675
H	239.257	488.325	727.582	727.582	193.903	196.371	390.274	390.274
Total	10.739.730	884.902	11.624.632	1.010.917	10.972.734	520.466	11.493.200	627.391

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	832.982	630.060
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	395.899	240.389
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(217.964)	(243.058)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.010.917	627.391
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.064	46.064
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	636	318
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	-	-
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.700	46.382
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.057.617	673.773

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	390.587	232.462
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	5.312	7.927
(-) Reversões de Provisões Operações de Crédito e Outros Créditos	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	395.899	240.389
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	131	318
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	396.030	240.707

f) No 1º semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 159.597 (R\$ 41.389 em 30.06.2012) e as renegociações importaram em R\$ 421.234 (R\$ 454.333 em 30.06.2012).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2013, um efeito positivo no valor de R\$ 50.636 (R\$ 32.077 em 30.06.2012), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Efetivação de Rendas	23.089	13.308
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	11.804	13.096
Despesas com Deságios	(2.677)	(3.272)
Efeito Líquido de Provisões	18.420	8.945
Total	50.636	32.077

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	49	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	491.105	579.857
c) Rendas a Receber	58.418	24.468
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.549.566	1.639.114
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.216.327	628.566
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	163.306	52.967
Devedores por Depósitos em Garantia	701.818	667.046
Impostos e Contribuições a Compensar	107.747	79.186
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	98.402	69.622
Outros Valores	9.345	9.564
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	11.604	4.348
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	78.418	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	23.373	21.061
Pagamentos a Ressarcir	9.767	8.317
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	2.011	4.439
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	4.795	25.490
Outros Valores	203.652	120.946
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(59.891)	(59.444)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(13.191)	(13.062)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.700)	(46.382)
Total	3.039.251	2.183.999
Saldo de Curto Prazo	2.123.874	1.800.100
Saldo de Longo Prazo	915.377	383.899

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Ativo – Outros Créditos	491.105	579.857
Câmbio Comprado a Liquidar	475.636	564.192
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.197	5.971
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(447)	(3.849)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.719	13.543
Ativo Circulante (Nota 10.b)	491.105	579.857
Passivo – Outras Obrigações	1.839	17.246
Obrigações por Compras de Câmbio	435.724	518.699
Câmbio Vendido a Liquidar	1.193	5.812
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(435.078)	(507.265)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	1.839	17.246

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 30.06.2013	01.01. a 30.06.2012
Rendas de Câmbio	83.446	107.633
Despesas de Câmbio	(277)	(310)
Total	83.169	107.323

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.06.2013			30.06.2013			30.06.2012
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões					
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	-	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.068	65	-	1.133	1.133	-	1.133	1.053
Total	1.720	65	-	1.785	1.785	-	1.785	1.705

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.06.2013			30.06.2013			30.06.2012	
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽²⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	105.813	6.904	-	(4.933)	107.784	247.747	(139.963)	107.784	103.671
Sistema de Processamento de Dados	30.833	25.268	(128)	(6.521)	49.452	105.471	(56.019)	49.452	29.086
Móveis e Equipamentos de Uso	23.099	8.904	(221)	(2.489)	29.293	63.135	(33.842)	29.293	22.298
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025	17.025
Instalações	6.681	792	(2)	(736)	6.735	17.694	(10.959)	6.735	7.072
Sistema de Comunicação	114	3	(5)	(11)	101	390	(289)	101	129
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	5.209	562	-	-	5.771	5.771	-	5.771	4.646
Sistema de Segurança	6.638	2.385	(69)	(622)	8.332	15.890	(7.558)	8.332	5.261
Sistema de Transporte	3.494	-	-	(1.412)	2.082	16.120	(14.038)	2.082	4.906
Total	198.906	44.818	(425)	(16.724)	226.575	489.243	(262.668)	226.575	194.094

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2012	01.01.2013 a 30.06.2013			30.06.2013			30.06.2012	
	Saldo Contábil	Movimentações ⁽¹⁾			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	936	-	-	(251)	685	2.252	(1.567)	685	1.278
Total	936	-	-	(251)	685	2.252	(1.567)	685	1.278

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo diferido.

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2013	Total em 30.06.2012
Depósitos a Vista	146.343	4.169	12.509	-	-	-	163.021	136.064
Depósitos a Vista	142.099	-	-	-	-	-	142.099	109.310
Depósitos em Moeda Estrangeira	4.244	4.169	12.509	-	-	-	20.922	26.754
Depósitos de Poupança	1.622.124	-	-	-	-	-	1.622.124	1.470.180
Depósitos Interfinanceiros	391.376	538.097	61.965	37.356	3.597	-	1.032.391	787.554
Depósitos a Prazo	1.585.164	1.339.514	3.738.040	686.456	1.008.058	206.538	8.563.770	6.750.930
Depósitos a Prazo	228.877	1.274.896	3.585.728	531.558	837.163	177.278	6.635.500	4.758.333
Depósitos Judiciais com Remuneração	745.987	-	-	-	-	-	745.987	672.456
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	585.483	-	-	-	-	-	585.483	697.426
FAT- Recursos Disponíveis	2.722	7.433	7.902	8.036	8.866	1.518	36.477	80.763
FAT- Recursos Aplicados	21.299	57.185	144.410	146.862	162.029	27.742	559.527	540.995
Outros	796	-	-	-	-	-	796	957
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-	35.101	683.539	-	699.767	-	1.418.407	1.491.404
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	36.757	-	-	-	1.164.941	1.201.698	1.125.109
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.390.385	1.390.385	1.274.570
Total	3.745.007	1.953.638	4.496.053	723.812	1.711.422	2.761.864	15.391.796	13.035.811
Saldo de Curto Prazo							5.698.645	5.475.725
Saldo de Longo Prazo							9.693.151	7.560.086

b) Depósitos

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Depósitos a Vista	163.021	136.064
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	20.922	26.754
Depósitos de Governos	19.988	26.943
Depósitos Vinculados	56.256	35.914
Pessoas Jurídicas	38.749	18.706
Pessoas Físicas	24.499	24.971
Outros Valores	2.607	2.776
Depósitos de Poupança	1.622.124	1.470.180
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.041.171	920.910
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	580.292	548.394
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	661	876
Depósitos Interfinanceiros	1.032.391	787.554
Depósitos a Prazo	8.563.770	6.750.930
Depósitos a Prazo	6.635.500	4.758.333
Depósitos Judiciais com Remuneração	745.987	672.456
Outros Depósitos a Prazo	1.182.283	1.320.141
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27 e Nota 29)	36.477	80.763
Proger Urbano	1.222	10.382
Pronaf	-	402
Protrabalho	1.542	5.339
Infraestrutura	32.092	22.569
Estiagem	204	1.779
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	1.417	40.292
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27 e Nota 29)	559.527	540.995
Proger Urbano	59.929	63.960
Protrabalho	121.050	143.198
Infraestrutura	193.007	238.422
Estiagem	6.408	7.267
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	179.133	88.148
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	585.483	697.426
Outros Valores	796	957
Total	11.381.306	9.144.728
Saldo de Curto Prazo	5.626.788	5.229.498
Saldo de Longo Prazo	5.754.518	3.915.230

c) **Captação no Mercado Aberto**

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Carteira Própria	934.261	761.456
Letras Financeiras do Tesouro	934.261	761.456
Carteira de Terceiros	37.689	75.383
Letras Financeiras do Tesouro	-	-
Letras do Tesouro Nacional	37.689	-
Notas do Tesouro Nacional	-	75.383
Total	971.950	836.839
Saldo de Curto Prazo	934.479	757.199
Saldo de Longo Prazo	37.471	79.640

d) **Despesa de Captação no Mercado**

Especificação	01.01. a 30.06.2013	01.01. a 30.06.2012
Despesas de Captações com Depósitos	(449.061)	(548.769)
Depósitos a Prazo	(196.211)	(218.081)
Depósitos de Poupança	(32.783)	(33.009)
Depósitos Judiciais	(23.525)	(23.633)
Depósitos Interfinanceiros	(10.022)	(7.423)
Depósitos Especiais	(34.927)	(47.906)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(146.136)	(214.021)
Outros Depósitos	(5.457)	(4.696)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(33.183)	(36.311)
Carteira de Terceiros	(4.415)	(5.154)
Carteira Própria	(28.768)	(31.157)
Total	(482.244)	(585.080)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) **Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2013	Total em 30.06.2012
Empréstimos no País	18.614	-	18.614	-	-	-	37.228	51.557
Empréstimos no Exterior	196.575	461.382	-	-	-	-	657.957	635.707
Repasses do País	38.911	108.728	266.179	350.303	669.846	248.912	1.682.879	1.541.188
Repasses do Exterior	16.333	79.526	188.782	188.782	374.387	-	847.810	860.597
Total	270.433	649.636	473.575	539.085	1.044.233	248.912	3.225.874	3.089.049
Saldo de Curto Prazo							920.069	989.577
Saldo de Longo Prazo							2.305.805	2.099.472

b) **Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2013	30.06.2012
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	37.228	51.557
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	657.957	635.707
Total		695.185	687.264
Saldo de Curto Prazo		676.571	652.893
Saldo de Longo Prazo		18.614	34.371

c) **Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2013	30.06.2012
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	793	863
BNDES		1.505.697	1.386.232
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.142.264	1.023.299
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	363.433	362.933
Finame		176.389	154.093
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	158.742	137.519
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.647	16.574
Total (Nota 29.a.1)		1.682.879	1.541.188
Saldo de Curto Prazo		147.639	249.314
Saldo de Longo Prazo		1.535.240	1.291.874

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2013	30.06.2012
BID-Prodetur I	USD + 2,40	417.296	439.130
BID-Prodetur II	USD + 1,17	423.474	414.238
BID-Outros Programas	USD + 1,17	6.927	6.921
Outros Programas	USD + 6,0	113	308
Total		847.810	860.597
Saldo de Curto Prazo		95.859	87.370
Saldo de Longo Prazo		751.951	773.227

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2013	01.01. a 30.06.2012
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.405)	(2.025)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.405)	(2.025)
Despesas de Obrigações por Repasses	(153.700)	(320.845)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(51.544)	(178.966)
Tesouro Nacional	(8)	(6)
BNDES	(48.636)	(176.168)
Finame	(2.900)	(2.792)
Despesas de Repasses do Exterior	(102.156)	(141.879)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(79.928)	(127.806)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(240.490)	(235.082)
Total	(475.523)	(685.758)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2013 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2012 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	668.657	687.516	635.391
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	670.034	705.122	652.914
Total				600.000	1.338.691	1.392.638	1.288.305
Saldo de Curto Prazo						9.332	8.514
Saldo de Longo Prazo						1.383.306	1.279.791

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2013	30.06.2012
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	25.158	25.769	203.099
Saldo de Curto Prazo			25.769	202.694
Saldo de Longo Prazo			-	405

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 231 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	31.941	43.399
Recursos do Proagro	129	425
Recebimentos de Tributos Federais	28.854	39.032
IOF a Recolher	2.104	3.541
Outros Tributos e Assemelhados	854	401
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.839	17.246
c) Sociais e Estatutárias	139.989	73.211
Dividendos e Bonificações a Pagar	126.108	61.810
Participações nos Lucros	13.881	11.070
Outros Tributos e Assemelhados	-	331
d) Fiscais e Previdenciárias	492.531	441.469
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	119.273	112.271
Impostos e Contribuições	83.011	80.562
Causas Fiscais	36.262	31.709
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	115.384	137.658
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	85.545	128.748
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	7.381	8.910
Outros Valores	22.458	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	201.988	141.077
Imposto de Renda ⁽¹⁾	124.594	86.603
Contribuição Social ⁽²⁾	77.394	54.474
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	55.886	50.463
e) Negociação e Intermediação de Valores	68	9
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.909.484	6.020.353
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	6.744.150	5.884.546
Outros Valores	165.334	135.807
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.201.699	1.125.109
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.390.385	1.274.570
i) Diversas	4.067.791	3.414.480
Provisão para Passivos Contingentes	2.372.282	1.932.741
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	189.919	178.247
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	100.089	101.637
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	645	103
FNE (Nota 22.e.vii)	2.039.090	1.560.138
Repasse	1.215	1.243
Risco Integral	103.278	90.000
Risco Compartilhado	1.934.597	1.468.895
FDNE (Nota 22.e.viii)	500	1.915
Proagro (Nota 22.e.ix)	2.106	3.402
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	39.933	87.299
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.571.770	1.365.144
Benefício Pós-Emprego	1.380.777	1.185.819
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	579.467	514.543
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	801.310	671.276
Despesa de Pessoal	155.300	142.012
Outros Valores	35.693	37.313
Outros Valores	123.739	116.595
Total	14.235.727	12.409.846
Saldo de Curto Prazo	4.882.135	4.849.591
Saldo de Longo Prazo	9.353.592	7.560.255

⁽¹⁾ Em 30.06.2013, inclui o valor complementar de R\$ 271 (não há valores para 30.06.2012) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2011.

⁽²⁾ Em 30.06.2013, inclui o valor complementar de R\$ 162 (não há valores para 30.06.2012) referente ao ajuste anual do ano-calendário de 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2013	30.06.2012
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.201.699	1.125.109
Saldo de Curto Prazo				36.757	35.019
Saldo de Longo Prazo				1.164.942	1.090.090

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.390.385	1.274.570
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	528.458	351.737
Recursos aplicados ⁽²⁾	861.927	922.833
Total (Nota 29.a.1)	1.390.385	1.274.570

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22.03.2013, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 295.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.142.000 para R\$ 2.437.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação pelo Banco Central.

Composição em 30.06.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 30.06.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 21.757 (R\$ 24.051 em 30.06.2012) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no 1º semestre importa em R\$ 1.147 (R\$ 1.147 em 30.06.2012) e compõe a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.06.2013, representam, respectivamente, R\$ 19,10 e R\$ 20,00 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 35,02% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Por conta dessa proposição, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 125.825, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 50.435 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
1. Lucro Líquido do Semestre	200.028	246.006 ⁽¹⁾
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	312.129	-
3. Reservas de Reavaliação transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.147	1.147
4. Lucro Líquido Ajustado	513.304	247.153
5. Reserva Legal Constituída	(10.001)	(12.300)
6. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	-	11.070
7. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	503.303	245.923
8. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no semestre	67.800	67.300
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(97)	(96)
10. JCP imputados aos dividendos (item 8 + item 9)	67.703	67.204
11. Dividendos propostos no semestre	108.460	55.785
12. Total Destinado aos acionistas (item 8 + item 11) – 35,02% (50,05% em 30.06.2012)	176.260	123.085
JCP de R\$ 0,746341217377 por ação ordinária (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,740834598495 por ação ordinária)	36.180	35.913
JCP de R\$ 0,820975339155 por ação preferencial (em 30.06.2012: JCP de R\$ 0,814918058381 por ação preferencial)	31.620	31.387
Dividendos de R\$ 1,193929365470 por ação ordinária (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,614076191098 por ação ordinária)	57.878	29.769
Dividendos de R\$ 1,313322302215 por ação preferencial (em 30.06.2012: Dividendos de R\$ 0,67548381043 por ação preferencial)	50.582	26.016

⁽¹⁾O Lucro Líquido de R\$ 430.354 da Demonstração do Resultado de 30.06.2012, reapresentado para fins de comparabilidade, inclui o valor de R\$ 184.348 decorrente dos efeitos da aplicação retroativa das disposições sobre Benefícios Pós-Emprego contidas na Deliberação CVM nº 695, que entrou em vigor a partir de 01.01.2013, conforme demonstrado na Nota 3.I.

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 26.713 (R\$ 26.516 em 30.06.2012).

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

Tendo em vista a mudança de política contábil referente a benefícios pós-emprego, proporcionada por conta das disposições da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que revogou a Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, com vigência a partir de 01.01.2013, foram recalculados os valores das obrigações atuariais retrospectivamente ao exercício de 2012, apurando-se perdas atuariais transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Capef		Camed	Total em 31.12.2012
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Perdas Atuariais	113.867	100	198.162	312.129

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2013	01.01. a 30.06.2012
a) Receitas de Prestação de Serviços	829.848	710.541
Administração de Fundos de Investimentos	9.421	8.169
Administração de Fundos e Programas	702.711	604.116
Prestação de Serviços	117.716	98.256
b) Rendas de Tarifas Bancárias	14.961	13.435
c) Despesas de Pessoal	(599.937)	(547.317)
Proventos	(350.522)	(315.990)
Encargos Sociais	(129.070)	(116.229)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(39.928)	(41.872)
Plano de Assistência Médica	(31.685)	(26.802)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(48.732)	(46.424)
d) Outras Despesas Administrativas	(384.428)	(419.780)
Processamento de Dados	(61.877)	(74.100)
Propaganda e Publicidade	(1.104)	(14.432)
Serviços de Terceiros	(158.727)	(144.795)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(21.177)	(21.085)
Viagens	(6.576)	(8.008)
Comunicações	(13.117)	(15.669)
Depreciação e Amortização	(16.975)	(14.501)
Manutenção e Conservação de Bens	(21.116)	(15.686)
Vigilância, Segurança e Transporte	(23.065)	(18.912)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(6.185)	(8.780)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.726)	(8.508)
Serviços Técnicos Especializados	(16.879)	(22.030)
Seguros	(2.248)	(2.160)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(11.779)	(23.133)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.264)	(703)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.021)	(1.935)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	(14.000)
Outros Valores	(7.592)	(11.343)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(106.564)	(96.270)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(97.918)	(88.196)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.060)	(7.138)
Outros Valores	(586)	(936)
f) Outras Receitas Operacionais	719.825	814.052
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	489.907	454.862
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	97.628	205.213
Reversão de Provisões Operacionais sobre riscos com operações do FNE	93	-
Recuperação de Encargos e Despesas	4.210	3.182
Reversão de Provisões Operacionais	10.730	63.695
Juros	353	476
Correção Monetária	679	663
Resultado da Marcação a Mercado	9.528	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	46.725	23.058
Outros Valores	59.972	62.903
g) Outras Despesas Operacionais	(624.055)	(683.248)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.766)	(4.287)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(59.445)	(155.996)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(47)	(3)
Descontos Concedidos em Renegociações	(1.046)	(2.757)
Encargos de Operações de Crédito	(6.918)	(4.220)
Riscos Fiscais	(2.639)	(1.824)
Riscos com Operações do FNE	(391.527)	(294.867)
Riscos com Operações do FDNE	(82)	(322)
Causas Trabalhistas	(14.528)	(19.288)
Causas Cíveis	-	(14.089)
Outras Causas	(387)	(3)
Outros Passivos Contingentes	(4.294)	(55.996)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(75.320)	(59.856)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(15.741)	(14.657)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(42.261)	(43.594)
Outros Valores	(8.054)	(11.489)
Total	(150.350)	(208.587)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º semestre de 2013 foi de R\$ 123.845 (R\$ 86.125 em 30.06.2012) e a de Contribuição Social foi de R\$ 76.945 (R\$ 54.187 em 30.06.2012).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	186.354	25.887	186.354	25.887
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(14.082)	(17.506)	(14.082)	(17.506)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(67.800)	(67.300)	(67.800)	(67.300)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	104.472	(58.919)	104.472	(58.919)
Adições/Exclusões Permanentes	(22.396)	(18.774)	(22.436)	(18.774)
Adições/Exclusões Temporárias	432.843	440.853	432.843	440.853
Resultado Tributável	514.919	363.160	514.879	363.160
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(128.718)	(90.778)	(77.232)	(54.474)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.395	4.175	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	478	478	287	287
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(123.845)	(86.125)	(76.945)	(54.187)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(9.903)	-	(5.942)	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(133.748)	(86.125)	(82.887)	(54.187)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	152.748	236.215	91.643	141.722
Total de IRPJ/CSLL	19.000	150.090	8.756	87.535
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10,20%	(579,79%)	4,70%	(338,14%)
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	123.845	86.125	76.945	54.187
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	478	478	287	287
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	124.323	86.603	77.232	54.474
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(67.071)	(49.174)	(31.448)	(22.259)
Valor dos Tributos a Recolher do Período	57.252	37.429	45.784	32.215

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013
Provisões	596.574	163.626	760.200	357.958	98.169	456.127	954.532	261.795	1.216.327
TVM	84.026	4.453	88.479	50.416	2.671	53.087	134.442	7.124 ⁽¹⁾	141.566
IFD	1.403	(1.302)	101	840	(779)	61	2.243	(2.081)	162
Item Objeto de Hedge	23.062	(9.576)	13.486	13.838	(5.746)	8.092	36.900	(15.322)	21.578

⁽¹⁾ Valor registrado em "Ajustes de Avaliação Patrimonial."

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012
Provisões	156.634	236.215	392.849	93.995	141.722	235.717	250.629	377.937	628.566
TVM	14.658	18.446	33.104	8.795	11.068	19.863	23.453	29.514 ⁽¹⁾	52.967
IFD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Item Objeto de Hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Valor registrado em "Ajustes de Avaliação Patrimonial."

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. Total das Diferenças Temporárias	5.064.139	3.856.715	5.064.139	3.856.715
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.266.035	964.178	759.621	578.507
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	760.200	392.849	456.127	235.717
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	102.067	33.104	61.239	19.863
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	862.267	425.953	517.366	255.580
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	403.768	538.225	242.255	322.927

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2013, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2013	9,17	158.827	146.422	95.296	87.853	254.123	234.275
2014	9,28	132.284	114.572	79.371	68.743	211.655	183.315
2015	9,45	60.531	52.029	36.318	31.218	96.849	83.247
2016	8,98	88.197	69.613	52.919	41.768	141.116	111.381
2017	8,61	204.187	141.690	122.512	85.014	326.699	226.704
2018	8,61	116.174	80.747	69.711	48.453	185.885	129.200
TOTAL		760.200	605.073	456.127	363.049	1.216.327	968.122

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - selic média, projetadas pelo Bacen na data de 28.06.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	TVM			IFD			Item Objeto de Hedge		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
2013	31.950	19.170	51.120	18	11	29	-	-	-
2014	1.213	728	1.941	63	38	101	-	-	-
2015	2.259	1.355	3.614	20	12	32	4.715	2.828	7.543
2016	43.998	26.399	70.397	-	-	-	-	-	-
2017	2	1	3	-	-	-	-	-	-
2018 a 2020	8.691	5.215	13.906	-	-	-	8.772	5.263	14.035
2021 a 2023	4	2	6	-	-	-	-	-	-
2027 a 2029	362	217	579	-	-	-	-	-	-
Total	88.479	53.087	141.566	101	61	162	13.487	8.091	21.578

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013	Saldo Inicial em 31.12.2012	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2013
TVM	123.082	(79.648)	43.434	73.851	(47.789)	26.062	196.933	(127.437)	69.496
IFD	14.165	(4.133)	10.032	8.497	(2.480)	6.017	22.662	(6.613)	16.049
Reserva de Reavaliação	5.091	(478)	4.613	3.056	(287)	2.769	8.146	(765)	7.381
Decorrentes de créditos recuperados ⁽¹⁾	-	14.036	14.036	-	8.422	8.422	-	22.458	22.458

⁽¹⁾ Na forma do art. 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996

Especificação	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012	Saldo Inicial em 31.12.2011	Constituição / Realização de Créditos	Saldo Final em 30.06.2012
TVM	35.553	44.914	80.467	21.332	26.948	48.280	56.885	71.862	128.747
IFD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	6.048	(479)	5.569	3.628	(287)	3.341	9.676	(766)	8.910
Decorrentes de créditos recuperados ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ Na forma do art. 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo.

Período	TVM			IFD		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
2013	21.193	12.716	33.909	2	1	3
2014	12	7	19	67	40	107
2015	542	325	867	4.307	2.584	6.891
2016	211	127	338	367	220	587
2017	1.089	653	1.742	58	35	93
2018 a 2020	1.551	930	2.481	5.230	3.138	8.368
2050 a 2052	18.837	11.303	30.140	-	-	-
Total	43.435	26.061	69.496	10.031	6.018	16.049

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	922	554	1.476
2014	922	554	1.476
2015	923	553	1.476
2016	923	553	1.476
2017	923	554	1.477
Total	4.613	2.768	7.381

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	760	456	1.216
2014	2.014	1.209	3.223
2015	2.211	1.327	3.538
2016	1.972	1.183	3.155
2017	1.259	755	2.014
2018 a 2022	2.694	1.617	4.311
2023 a 2027	2.409	1.445	3.854
2028 a 2032	717	430	1.147
Total	14.036	8.422	22.458

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a	01.01 a
	30.06.2013	30.06.2012
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(97.918)	(88.196)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.060)	(7.138)
Outros Valores	(586)	(936)
Total (Nota 20)	(106.564)	(96.270)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados pelas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.06.2013 e 30.06.2012, a seguir demonstrado:

Especificação	30.06.2013		30.06.2012	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a)PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1)Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	83.011	83.011	80.562	80.562
a.2) Causas Fiscais	1.081.158	36.262	907.956	31.709
i) Obrigação Legal	675	675	612	612
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.080.483	35.587	907.344	31.097
Provável	35.587	35.587	31.097	31.097
Possível	813.303	-	663.057	-
Remota	231.593	-	213.190	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	309.185	189.919	264.439	178.247
Provável	189.919	189.919	178.247	178.247
Possível	40.259	-	31.812	-
Remota	79.007	-	54.380	-
b.2) Causas Cíveis	3.231.079	100.089	2.748.040	101.637
Provável	100.089	100.089	101.637	101.637
Possível	598.597	-	495.271	-
Remota ⁽¹⁾	2.532.393	-	2.151.132	-
b.3) Outras Causas	1.976	645	1.487	103
Provável	645	645	103	103
Possível	1.330	-	976	-
Remota	1	-	408	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra a Caepf - R\$ 767.507 (R\$ 637.284 em 30.06.2012);

b) repetição de indébito- R\$ 291.246 (R\$ 241.830 em 30.06.2012); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 204.967 (R\$ 170.215 em 30.06.2012);e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 165.765 (R\$ 137.640 em 30.06.2012) . Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.429.515 (R\$ 1.186.968 em 30.06.2012).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.258	82.269
Constituição	2.634	2.891
Reversão/Utilização/Baixa	(1.881)	(4.598)
Saldo Final	83.011	80.562
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	655	1.063
Constituição	20	95
Reversão/Utilização/Baixa	-	(546)
Saldo Final (Nota 22.d)	675	612
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	35.432	29.246
Constituição	1.175	1.924
Reversão/Utilização/Baixa	(1.020)	(73)
Saldo Final (Nota 22.d)	35.587	31.097
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	179.319	182.824
Constituição	17.664	21.909
Reversão/Utilização/Baixa	(7.064)	(26.486)
Saldo Final (Nota 16.i)	189.919	178.247
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.080	106.653
Constituição	21.796	29.966
Reversão/Utilização/Baixa	(27.787)	(34.982)
Saldo Final (Nota 16.i)	100.089	101.637
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	258	140
Constituição	410	29
Reversão/Utilização/Baixa	(23)	(66)
Saldo Final (Nota 16.i)	645	103
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.820.070	1.386.807
Constituição	391.432	294.866
Reversão/Utilização/Baixa	(172.412)	(121.535)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.039.090	1.560.138
viii) FDNE		
Saldo Inicial	420	1.593
Constituição	80	322
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	500	1.915
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.388	3.299
Constituição	133	103
Reversão/Utilização/Baixa	(1.415)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	2.106	3.402
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	36.195	86.551
Constituição	30.334	55.996
Reversão/Utilização/Baixa	(26.596)	(55.248)
Saldo Final (Nota 16.i)	39.933	87.299

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2013, R\$ 399.253. Na posição

de 30.06.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 297.064 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 30.06.2013, perfazem respectivamente, R\$ 196.871 e R\$ 133.513. Na posição de 30.06.2012, representavam, R\$ 172.663 e R\$ 117.096, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2013, R\$ 109.486. Na posição de 30.06.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 90.910, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2013, R\$ 42.652. Na posição de 30.06.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 35.415 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 30.06.2013, R\$ 30.729. Na posição de 30.06.2012, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 25.516 com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Demandas Trabalhistas	212.151	422.459
Demandas Fiscais	446.638	203.130
Demandas Cíveis	30.693	31.157
Total	689.482	656.746

- j) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.06.2013, registram-se os valores de: R\$ 18.787 (R\$ 67.088, em 30.06.2012), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna, R\$ 15.528 (R\$ 15.155, em 30.06.2012) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 5.619 (não existiam valores para 30.06.2012) referente a provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.06.2013	30.06.2012
Máxima	28.467,55	26.481,45
Mínima	1.040,44	948,65
Média	7.706,55	7.145,29

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	347.350,31	218.279,62	21.138,60	15.684,66	21.138,60	15.684,66
Menor remuneração individual ⁽³⁾	268.816,51	153.833,77	21.138,60	15.684,66	21.138,60	15.684,66
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	320.646,80	186.409,97	20.762,23	15.684,66	20.685,37	15.725,25
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	5	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 60ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 93ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 22.03.2013.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2013, o número de funcionários do Banco totalizava 6.303 (6.029 em 30.06.2012), registrando-se um acréscimo de 4,54% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A proposta de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no semestre, corresponde a R\$ 13.502 (R\$ 11.070 em 30.06.2012), equivalente a 6,75% do lucro líquido do semestre (4,50% em 30.06.2012) e a 7,66% (8,99% em 30.06.2012) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do 1º semestre.

Em junho de 2012, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 6.296, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2011, aprovado na 92ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2012, de modo que a despesa de PLR em junho de 2012 correspondeu a R\$ 17.506, sendo R\$ 17.366 referente aos empregados e R\$ 140, aos administradores.

A despesa com pagamento de Participação nos Lucros e Resultados no 1º semestre de 2013 importa em R\$ 14.082, sendo R\$ 13.502 referente aos empregados e R\$ 580, aos administradores.

NOTA 25– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas pela Gama Consultores Associados Ltda., com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999 e seu estágio atual é de maturidade. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições e encontra-se em fase inicial de maturidade. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Em termos gerais os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de participação do empregado e do benefício de aposentadoria do INSS, ponderado pelo número de contribuições pagas ao Plano, limitado a 360. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,50%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,50% do salário de participação médio.

Em relação aos benefícios do plano CV I, são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria.

Os planos estão expostos aos riscos atuariais: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco do salário.

Os planos estão expostos aos riscos ligados aos benefícios de aposentadoria na fase mutualista de renda vitalícia e aos benefícios de risco, não representando relevância no passivo atuarial do Plano.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2013, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2012, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2013, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 30.06.2013, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capec e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.549.907 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.970.334, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 579.573;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 152.094 é inferior ao valor dos ativos do plano no montante de R\$ 155.494, resultando em um ativo atuarial de R\$ 3.400. O ativo atuarial não está sendo reconhecido, pois destina-se à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 850.554 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 49.244, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 801.310.

b.1) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

Especificação	Capec		Camed	
	Plano BD		Plano Natural	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.934.869	3.219.990	807.485	601.318
2. Custo dos Juros	160.246	168.644	33.267	31.493
3. Custo do Serviço Corrente	9.177	8.199	8.840	5.529
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(141.490)	(135.797)	(18.482)	(19.350)
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	29.191	25.750	6.658	6.051
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.466)	(4.104)	(8.029)	(3.242)
7. Remensurações de (ganhos) perdas atuariais	(436.620)	262.663	20.815	106.653
7.1. Decorrentes de ajuste de experiência	28.283	262.663	130.876	106.653
7.2. Decorrentes de alterações de premissas biométricas	1.785	-	(24.990)	-
7.3. Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(466.688)	-	(85.071)	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.549.907	3.545.345	850.554	728.452

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

Especificação	Capec - Plano CV I			
	Parte BD	Parte CD	Total	Total
	30.06.2013			30.06.2012
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	659	118.473	119.132	60.530
2. Custo dos Juros	27	5.103	5.130	3.170
3. Custo do Serviço Corrente	245	23.066	23.311	22.268
4. Benefícios Pagos pelo Plano	(40)	-	(40)	(54)
5. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8)	(1.467)	(1.475)	(803)
6. Remensurações de ganhos (perdas) atuariais	1.985	4.051	6.036	(1.574)
6.1. Decorrentes de Ajuste de Experiência	2.691	52.297	54.988	(1.574)
6.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
6.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(706)	(48.246)	(48.952)	-
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	2.868	149.226	152.094	83.537

b.2) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	Capef		Camed	
	Plano BD		Plano Natural	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	3.358.234	2.762.074	56.909	73.826
2. Receita de juros	137.238	144.661	2.539	3.867
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	27.867	26.976	15.178	14.622
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.237	1.280	7.883	6.353
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(141.490)	(135.797)	(18.482)	(19.350)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	29.191	25.750	6.658	6.051
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.466)	(4.104)	(8.029)	(3.242)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(436.477)	209.962	(13.412)	(24.951)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	2.970.334	3.030.802	49.244	57.176

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Capef – Plano CV I			
	Parte BD	Parte CD	Total	Total
	30.06.2013			30.06.2012
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	560	118.473	119.033	60.530
2. Receita de juros	38	6.189	6.227	3.171
3. Contribuições Recebidas do Empregador	144	12.881	13.025	11.143
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	143	12.858	13.001	11.125
5. Benefícios Pagos pelo Plano	(40)	-	(40)	(54)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8)	(1.467)	(1.475)	(803)
7. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽¹⁾	5.432	292	5.724	(1.619)
8. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	6.269	149.226	155.495	83.493

⁽¹⁾ Exceto da receita de juros.

b.3) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef		Camed	
	Plano BD		Plano Natural	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.549.907)	(3.545.345)	(850.554)	(728.452)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	2.970.334	3.030.802	49.244	57.176
3. Superávit (Déficit) do plano (item 1 – item 2)	(579.573)	(514.543)	(801.310)	(671.276)
4. Efeito do Teto do Ativo	-	-	-	-
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	(579.573)	(514.543)	(801.310)	(671.276)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas e diferença das contribuições estimadas para Junho de 2013, no cálculo atuarial, no valor de R\$ 106.

Especificação	Capef – Plano CV I			
	Parte BD	Parte CD	Total	Total
	30.06.2013			30.06.2012
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.868)	(149.226)	(152.094)	(83.537)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	6.269	149.226	155.495	83.493
3. Superávit (Déficit) do plano (item 1 – item 2)	3.401	-	3.401	(44)
4. Efeito do Teto do Ativo	(3.401)	-	(3.401)	-
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	-	-	-	(44)

c) Valores reconhecidos no Resultado do período e no Patrimônio Líquido

Especificação	Capef		Camed	
	Plano BD		Plano Natural	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.940)	(6.919)	(957)	824
1.1. Custo do Serviço	(9.177)	(8.199)	(8.840)	(5.529)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.237	1.280	7.883	6.353
2. Juros Líquidos	(23.008)	(23.983)	(30.728)	(27.626)
2.1. Custo dos Juros	(160.246)	(168.644)	(33.267)	(31.493)
2.2. Receita de Juros	137.238	144.661	2.539	3.867
3. Componentes do Custo do Benefício Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)	(30.948)	(30.902)	(31.685)	(26.802)
4. Retorno sobre os Ativos do Plano	(436.477)	209.962	(13.412)	(24.951)
5. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo	436.620	(262.663)	(20.815)	(106.653)
5.1. Decorrentes de Ajuste de Experiência	(28.283)	(262.663)	(130.876)	(106.653)
5.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	(1.785)	-	24.990	-
5.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	466.688	-	85.071	-
6. Componentes do Custo do Benefício Reconhecidos no Patrimônio Líquido (item 4 + item 5)	143	(52.701)	(34.227)	(131.604)
7. Total do Custo do Plano de Benefício (item 3 + item 6)	(30.805)	(83.603)	(65.912)	(158.406)

Especificação	Capef – Plano CV I			
	Parte BD	Parte CD	Total	Total
	30.06.2013			30.06.2012
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(102)	(10.208)	(10.310)	(11.143)
1.1. Custo do Serviço	(245)	(23.066)	(23.311)	(22.268)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	143	12.858	13.001	11.125
2. Juros Líquidos	11	1.086	1.097	1
2.1. Custo dos Juros	(27)	(5.103)	(5.130)	(3.170)
2.2. Receita de Juros	38	6.189	6.227	3.171
3. Componentes do Custo do Benefício Reconhecidos no Resultado (item 1 + item 2)	(91)	(9.122)	(9.213)⁽¹⁾	(11.142)
4. Retorno sobre os Ativos do Plano	5.432	292	5.724	(1.619)
5. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre o Passivo	(1.985)	(4.051)	(6.036)	1.574
5.1. Decorrentes de Ajuste de Experiência	(2.691)	(52.297)	(54.988)	1.574
5.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
5.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	706	48.246	48.952	-
6. Efeito do teto do ativo	(3.401)	-	(3.401)	-
7. Componentes do Custo do Benefício Reconhecidos no Patrimônio Líquido (item 4 + item 5)	46	(3.759)	(3.713)	(45)
8. Total do Custo do Plano de Benefício (item 3 + item 7)	(45)	(12.881)	(12.926)	(11.187)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas e diferença das contribuições estimadas para Junho de 2013, no cálculo atuarial, no valor de R\$ 233.

d) Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no período

Especificação	Capef		Camed	
	Plano BD		Plano Natural	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(576.635)	(457.916)	(750.576)	(527.492)
2. Contribuições do Empregador	27.867	26.976	15.178	14.622
3. Custo do Serviço Corrente Líquido Reconhecido no Resultado	(7.940)	(6.919)	(957)	824
4. Juros Líquidos Reconhecidos no Resultado	(23.008)	(23.983)	(30.728)	(27.626)
5. Retorno sobre os Ativos Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(436.477)	209.962	(13.412)	(24.951)
6. Ganhos (Perdas) Atuariais Reconhecidos(as) no Patrimônio Líquido	436.620	(262.663)	(20.815)	(106.653)
7. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	(579.573) ⁽¹⁾	(514.543)	(801.310)	(671.276)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas e diferença das contribuições estimadas para Junho de 2013, no cálculo atuarial, no valor de R\$ 106.

Especificação	Capef – Plano CV I			
	Parte BD	Parte CD	Total	Total
	30.06.2013			30.06.2012
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(99)	-	(99)	-
2. Contribuições do Empregador	144	12.881	13.025	11.143
3. Custo do Serviço Corrente Líquido Reconhecido no Resultado	(102)	(10.208)	(10.310)	(11.143)
4. Juros Líquidos Reconhecidos no Resultado	11	1.086	1.097	1
5. Retorno sobre os Ativos Reconhecidos no Patrimônio Líquido	5.432	292	5.724	(1.619)
6. Ganhos (Perdas) Atuariais Reconhecidos(as) no Patrimônio Líquido e efeito do teto do ativo	(5.386)	(4.051)	(9.437)	1.574
7. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	-	-	-	(44)

e) Alocação dos valores justos dos planos e política de investimento

A política de investimentos é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 6,0% a.a. e do plano CV I, IPCA +5,5% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012	30.06.2013	30.06.2012
Renda Fixa	85,32	86,97	72,02	84,77	6,36	0,23
Títulos Públicos	80,33	81,29	6,24	-	6,36	0,23
Operações Compromissadas	1,17	1,12	-	-	-	-
Fundo de Crédito Privado	0,17	0,16	-	-	-	-
Depósito a prazo com garantia do FGC (DPGE)	1,01	1,63	45,05	17,27	-	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	0,85	-	-	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (FDIC)	0,22	0,28	-	-	-	-
Fundo de Renda Fixa	0,28	0,30	12,54	67,50	-	-
Debêntures	0,83	0,65	8,19	-	-	-
Ações e opções	1,04	0,56	-	-	-	-
Carteira de Clientes	-	-	-	-	-	-
Outros	0,17	0,13	-	-	-	-
Renda Variável	4,15	4,20	18,39	13,73	92,63	98,90
Ações e Fundo de Ações	4,15	4,20	15,63	2,47	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (FDIC)	-	-	-	-	-	-
Quotas de Índice de Mercado	-	-	2,76	11,26	-	-
Participações Societárias	-	-	-	-	92,63	98,90
Investimentos Imobiliários	7,14	5,76	-	-	1,00	0,87
Imóveis	-	-	-	-	1,00	0,87
Aluguéis e Renda	7,05	5,66	-	-	-	-
Direitos em alienações de investimentos imobiliários	0,09	0,10	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	0,32	-	8,29	1,50	-	-
Fundos Imobiliários	0,31	-	8,29	1,50	-	-
Empresas Emergentes	0,01	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	3,06	3,07	1,30	-	-	-
Outros	0,01	0,01	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,25	1,17	-	-	6,36	0,23
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,87	0,78	-	-	1,00	0,87

f) Premissas utilizadas

f.1) Premissas Demográficas

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)		Plano CV I (Capef)	
	2013	2012	2013	2012
Tábuas de Mortalidade				
Sobrevivência de Ativos	RP2000 – Suavizada em 15%	AT2000-Homens	AT2000-Homens	AT2000 – Homens
Sobrevivência de Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	AT2000-Homens	AT2000-Homens	AT2000 – Homens
Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾	Winklevoss	Experiência do IAPC – Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Experiência da Capef – Fraca ⁽²⁾	Experiência da Capef – Fraca	Experiência da Capef – Fraca
Taxa de Rotatividade	-	-	-	-

(1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original; e

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua de Experiência Capef original.

f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)				Camed (% a.a.)	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,09	10,75	10,18	10,75	10,09	10,75
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,35	3,79	5,44	3,94	5,35	3,79
Taxa de inflação real média futura	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
Projeção de aumentos salariais médios anual	5,55	5,55	5,55	5,55	1,00	1,00
Projeção de aumentos dos benefícios	4,50	4,50	4,50	4,50	-	-
Taxa de evolução dos custos médicos	Não se aplica				3,38	3,28
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCTR)	Não se aplica				4,65	4,74

f.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

f.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

f.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da “duration” dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A

“duration” apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 15,25 anos e para o plano Capef CV I é de 31,83 anos.

g) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança de uma determinada hipótese, mantendo as demais constantes. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método: valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período foi aplicado como no cálculo da responsabilidade com o plano reconhecido na posição financeira do final do período.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas alterações nos parâmetros de tábua de mortalidade de AT2000 Basic (12/2012) para RP2000 suavizada em 15% (06/2013), nos planos Capef BD e Camed Natural, mantendo-se inalterada em relação ao Plano Capef CV I. A taxa de desconto foi alterada em relação ao período anterior, sendo de 8,46% (12/2012) para 10,09% (06/2013), nos planos BD e Natural e de 8,62% (12/2012) para 10,18% (06/2013), no plano CV I.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	Taxa de Juros	
			+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.549.907)	(3.723.721)	(3.466.334)	(3.637.125)
Valor Justo dos Ativos	2.970.334	2.970.334	2.970.334	2.970.334
Superávit (Déficit) Técnico	(579.573)	(753.387)	(496.000)	(666.791)
Variações:				
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		4,90	(2,40)	2,50
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		30,00	(14,40)	15,00

Capef - Plano CV I (Parte BD)	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	Taxa de Juros	
			+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.868)	(2.791)	(2.730)	(3.017)
Valor Justo dos Ativos	6.268	6.268	6.268	6.268
Superávit (Déficit) Técnico	3.400⁽¹⁾	3.477	3.538	3.251
Variações:				
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,70)	(4,80)	5,20
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		2,30	4,10	(4,40)

Capef - Plano CV I (Parte BD + Parte CD)	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	Taxa de Juros	
			+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(152.094)	(148.954)	(146.463)	(158.131)
Valor Justo dos Ativos	155.494	155.494	155.494	155.494
Superávit (Déficit) Técnico	3.400⁽¹⁾	6.540	9.031	(2.637)
Variações:				
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,10)	(3,70)	4,00
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		92,40	165,60	(177,60)

(1) Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica (AT 2000 M & F)	HCTR		Taxa de Juros	
			+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(850.554)	(913.714)	(851.615)	(849.951)	(826.082)	(876.287)
Valor Justo dos Ativos	49.244	49.244	49.244	49.244	49.244	49.244
Superávit (Déficit) Técnico	(801.310)	(864.470)	(802.371)	(800.707)	(776.838)	(827.043)
Variações:						
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		7,40	0,10	(0,10)	(2,90)	3,00
Aumento/redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		7,90	0,10	(0,10)	(3,10)	3,20

h) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

h.1) Contribuições Esperadas para o 2º semestre de 2013

Especificação	Capef				Camed
	Plano BD	Plano CV I		Total	Plano Natural
		Parte BD	Parte CD		
1. Contribuições do Empregador	36.266	218	15.331	15.549	26.207
2. Despesas Administrativas	3.264	8	1.467	1.475	6.658
3. Contribuições de Empregados	1.046	218	15.331	15.549	16.845
4. Contribuições de Assistidos	35.220	-	-	-	9.362
5. Benefícios Esperados	282.979	80	-	80	36.964

h.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Até 1 ano	260.500	244	4.117
De 1 ano até 2 anos	263.470	465	4.120
De 2 anos até 5 anos	792.876	5.929	12.411
Acima de 5 anos	5.069.538	2.869.783	121.164
Total	6.386.384	2.876.421	141.812

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

i) Estimativa de despesas para o 2º semestre de 2013

Especificação	Capef				Camed
	Plano BD	Plano CV I			Plano Natural
		Parte BD	Parte CD	Total	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.940)	(102)	(10.208)	(10.310)	(957)
2. Juros Líquidos	(23.008)	11	1.086	1.097	(30.728)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(30.948)	(91)	(9.122)	(9.213)	(31.685)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 45.516.486 (R\$ 40.454.558 em 30.06.2012) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 6.742.015 (R\$ 5.882.707 em 30.06.2012), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 231.693 (R\$ 224.977 em 30.06.2012).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2013	Provisão em 30.06.2012
AA	3.990.411	-	-
A	11.497.067	28.716	29.794
B	10.331.023	52.170	46.608
C	953.238	14.156	14.232
D	691.986	34.540	35.985
E	426.092	64.048	43.268
F	318.287	80.061	75.604
G	364.825	143.651	99.838
H	3.220.947	1.621.748	1.214.809
Total	31.793.876	2.039.090	1.560.138

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 487.840 (R\$ 453.117 em 30.06.2012).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 596.632 (R\$ 546.697 em 30.06.2012).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2013	30.06.2012
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	688	1.398
Proger-Urbano Investimento	017/2006	23.426	22.026
FAT - Infraestrutura	018/2006	257.238	271.846
Pronaf Investimento	019/2006	-	282
Proger-Rural - Custeio	020/2006	-	1.320
Pronaf - Custeio	001/2007	36	341
Proger-Rural - Investimento	002/2007	107	18.000
Protrabalho Investimento	004/2007	163.911	144.320
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	196.558	99.997
Total		641.964	559.530

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 596.004 (R\$ 621.758 em 30.06.2012) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 36.477 (R\$ 80.763 em 30.06.2012).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos;e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.782	38	204	6.408	6.612
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	16.340	383	1.222	59.929	61.151
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	47.033	2.189	32.092	193.007	225.099
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	368	6	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	32	-	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	32.713	169	1.542	121.050	122.592
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	40.503	1.264	1.417	179.133	180.550
Total (Nota 13.a)			139.771	4.049	36.477	559.527	596.004

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	1.146	9	1.779	7.267	9.046
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	10.626	391	10.381	63.960	74.341
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	15.970	897	22.569	238.422	260.991
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	317	9	370	-	370
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	115	3	32	-	32
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	18.820	121	5.339	143.198	148.537
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	11.842	527	40.293	88.148	128.441
Total (Nota 13.a)			58.836	1.957	80.763	540.995	621.758

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação da estrutura de gerenciamento de capital, incluindo o Plano de Capital para o período de 2013 a 2015, tendo sido aprovado também pelo Conselho de Administração, em 14.12.2012. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2013	30.06.2012
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	30.289.588	27.987.677
Público	1.466.797	1.531.726
Privado	28.822.791	26.455.951
Comércio	3.076.495	3.012.817
Comércio exterior	663.170	908.692
Habitação	242	242
Indústria	8.444.050	6.390.171
Infraestrutura	4.003.199	4.216.071
Intermediários financeiros	124.812	331.736
Microfinança urbana	1.851.272	1.358.611
Pessoas Físicas	219.410	208.252
Rural	6.429.364	6.083.173
Outros Serviços ⁽¹⁾	4.010.777	3.946.186
Operações de mercado	22.075.678	18.611.961
Títulos Públicos Federais	18.812.712	15.583.972
Operações Compromissadas	9.916.755	7.007.144
Outras	8.895.957	8.576.828
Depósitos Interfinanceiros	-	211.184
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.754.481	1.190.075
Outras Operações	1.508.485	1.626.730
Demais ativos	3.204.475	2.296.520
Total	55.569.741	48.896.158

⁽¹⁾ O valor das demais coobrigações não referentes as operações de crédito do FNE passaram a compor o item "Outros Serviços" e não mais o item "Demais Ativos" como constava no exercício anterior.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.061.545 (R\$ 5.337.305 em 30.06.2012). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.400.666 (R\$ 2.429.142 em 30.06.2012). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2013 (%)	30.06.2012 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	373,17	270,68
	Média dos últimos 12 meses	329,42	229,74
	Máximo dos últimos 12 meses	404,61	304,70
	Mínimo dos últimos 12 meses	236,03	187,04

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	30.06.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	95.986	286.275	556.130	130.978	6.308
Depósitos a Prazo	22.939	206.249	1.353.847	5.053.485	3.462.967
Operações Compromissadas	934.883	-	-	57.952	-
Letras do Agronegócio (LCA)	4.250	8.792	13.333	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.360.703
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	76.554	306.217	3.691.228
Total	1.058.058	501.316	1.999.864	5.548.632	8.521.206
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.083.857				

Especificação	30.06.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	107.470	193.945	493.950	-	-
Depósitos a Prazo	51.205	548.783	848.956	2.847.115	3.068.241
Operações Compromissadas	757.705	-	-	-	126.184
Letras do Agronegócio (LCA)	38.129	39.670	129.452	461	-
Total	954.509	782.398	1.472.358	2.847.576	3.194.425
Recursos Disponíveis (Nota 5)	5.545.117				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponível aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.072.728	7.069.222	(3.506)	7.065.792	(6.936)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	29.763	24.535	(5.228)	19.681	(10.082)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	1.602	1.598	(4)	1.594	(8)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	926.624	870.555	(56.068)	819.839	(106.785)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(319.877)	(366.607)	(46.730)	(421.528)	(101.651)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	343.305	290.669	(52.636)	245.977	(97.328)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.908.958)	(1.908.460)	498	(1.907.548)	1.410
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.789.670	3.706.708	(82.962)	3.631.596	(158.074)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(125.193)	(120.930)	(116.973)
		Ativo Prefixado	126.525	116.454	107.424
		Exposição Líquida	1.332	(4.476)	(9.549)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.409.576	1.372.950	1.338.067
		Passivo em ME	(1.437.746)	(1.421.980)	(1.406.675)
		Exposição Líquida	(28.170)	(49.030)	(68.608)

Na data-base de 30.06.2013, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 60.556 (R\$ 72.950 em 30.06.2012 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012	Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Disponibilidades	1.219	1.218	Depósitos	20.922	26.754
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.403	62.923	Relações Interdependências	3.608	51.187
Operações de Crédito	847.189	755.838	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	116.944	19.405
Outros Créditos	719.831	730.764	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.240.448	2.148.903
			Outras Obrigações	659.151	663.478
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.589.642	1.550.743	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.041.073	2.909.727
Operações de <i>Swap</i>	1.390.875	1.286.034	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.980.517	2.836.777	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.041.073	2.909.727

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções n°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.06.2013, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.06.2013, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,00% (16,20% em 30.06.2012), enquanto o PR foi de R\$ 4.894.394 (R\$ 4.936.576 em 30.06.2012). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.328.934 em 30.06.2013 (R\$ 3.193.432 em 30.06.2012).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.984.394	4.936.576
. Nível I	2.649.209	2.483.743
. Nível II	2.388.084	2.452.833
. Deduções	(52.899)	-
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.328.934	3.193.432
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.793.714	2.728.324
. Parcela PJUR	7.231	1.478
. Parcela PCOM	335	351
. Parcela POPR	527.654	463.279
c) Valor do RBAN	98.144	157.814
Margem (a-b-c)	1.557.316	1.585.330
Índice de Basileia (Circular Bacen n° 3.477, de 28.12.2009)	16,47%	17,00%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,00%	16,20%

⁽¹⁾ 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen n° 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Patrimônio de Referência (PR)	4.984.394	4.936.576
. Nível I	2.649.209	2.483.743
Patrimônio Líquido	2.518.314	2.570.425
Reservas de Reavaliação	(21.757)	24.051
Créditos Tributários Excluídos	(6.633)	291
Ativo Permanente Diferido	(692)	539
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	159.977	61.801
. Nível II	2.388.084	2.452.833
Reservas de Reavaliação	21.757	24.051
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.201.699	1.125.109
Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.390.385	1.274.570
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(159.977)	61.801
Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	(65.780)	32.698
Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	-	-
. Deduções	(52.899)	-
Ativos Classificados como Instrumentos de Dívida Subordinada	(52.899)	-

⁽¹⁾ O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

⁽²⁾ Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669 de 25.11.1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.984.394	4.936.576
Limite para Imobilização	2.492.197	2.468.288
(-) Situação	228.353	196.538
Margem	2.263.844	2.271.750
Índice de imobilização	4,58%	3,98%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	416.781	457.171
Total	416.781	457.171

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	596.004	621.758
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.682.879	1.541.188
Tesouro Nacional	793	863
BNDES	1.505.697	1.386.232
Finame	176.389	154.093
Outras Obrigações	9.336.234	8.284.225
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	6.744.150	5.884.546
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.201.699	1.125.109
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.390.385	1.274.570
Total	11.615.117	10.447.171

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Passivos	1.380.777	1.185.819
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.i)	579.467	514.543
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.i)	801.310	671.276
Total	1.380.777	1.185.819

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Benefícios de Curto Prazo	2.371	1.365
Honorários	1.733	1.252
Diretoria	1.498	1.072
Conselho de Administração	114	94
Conselho Fiscal	121	86
Outros	108	103
Participação no Lucro	530	10
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.371	1.365
Benefícios Pós-Emprego	108	121
Total	2.479	1.486

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2013	01.01 a 30.06.2012
Lucro Líquido	200.028	430.354
Outros Resultados Abrangentes	(238.492)	(119.679)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(336.405)	105.871
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	134.562	(42.349)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	1.912
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(765)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(37.796)	(184.348)
Resultado Abrangente	(38.464)	310.675

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Créditos Abertos para Importação	88.664	225.020
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	30.451	92.220
- FNE	16.096.725	14.621.115
- Outras Entidades	82.058	57.052
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.112	26.913

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 31 de julho de 2013.

Fortaleza, 31 de julho de 2013.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3l), em decorrência da mudança de política contábil, com a aplicação da norma revisada CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de julho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5-"S"-CE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2013, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 31 de julho de 2013, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no 1º semestre de 2013.

Brasília (DF), 31 de julho de 2013.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º. Semestre de 2013

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê – Dentro de sua missão institucional, atuou com foco no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação da efetividade da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do sistema de controles internos, na revisão das Demonstrações Contábeis, no desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

Dentre as principais atividades, cabem os seguintes destaques:

Assessoramento ao Conselho de Administração – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas para gerenciamento de riscos e de requerimento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos.

Avaliação dos Sistemas de Controles Internos – O Banco estabeleceu diretrizes e providências voltadas para o aperfeiçoamento de controles internos, segurança e gestão de riscos e desenvolve ações para a implantação de modelos de requerimento de capital, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basileia II e III e a cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

Avaliação da efetividade da Auditoria Interna – A Auditoria Interna exerceu suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco e pela Controladoria Geral da União.

Avaliação da efetividade da Auditoria Independente – Não foram percebidos fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES na prestação dos serviços com ela contratados.

Revisão das Demonstrações Contábeis – As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 31 de julho de 2013.

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2013

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2013	30.06.2012			30.06.2013	30.06.2012
CIRCULANTE		14.378.182	12.792.182	CIRCULANTE		42	-
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	899.021	2.475.504	Obrigações Diversas.....		42	-
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		5.842.994	3.407.204	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		42	-
CRÉDITOS VINCULADOS		3.225	4.326				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		3.225	4.326	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	45.516.486	40.454.558
DEVEDORES POR REPASSES.....		71.011	76.406	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
Devedores por Repasses-Outras Instituições		71.011	76.406	No Semestre.....		2.983.160	2.823.866
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	7.559.553	6.826.653	Em Exercícios Anteriores.....		43.156.154	37.969.173
Financiamentos.....		2.674.469	2.225.837	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(316.764)	(234.324)
Financiamentos a Exportação.....		98.218	118.383	RESULTADO DO SEMESTRE		(306.064)	(104.157)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		561.433	554.148				
Financiamentos Agroindustriais.....		205.177	227.016				
Financiamentos Rurais.....		4.902.728	4.674.470				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(882.472)	(973.201)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	2.135	1.838				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		2.135	1.838				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	243	251				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		271	301				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(32)	(54)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		31.138.346	27.662.376				
CRÉDITOS VINCULADOS		2.841	888				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		2.841	888				
DEVEDORES POR REPASSES.....		1.527.415	1.416.966				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.390.385	1.274.570				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		137.030	142.396				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	29.607.124	26.243.442				
Financiamentos.....		12.370.865	10.034.236				
Financiamentos a Exportação.....		1.972	5.478				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		5.083.166	5.385.161				
Financiamentos Agroindustriais.....		915.189	951.525				
Financiamentos Rurais.....		11.235.932	9.867.042				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	966	1.080				
Títulos da Dívida Agrária.....		1.437	1.602				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(471)	(522)				
TOTAL DO ATIVO		45.516.528	40.454.558	TOTAL DO PASSIVO		45.516.528	40.454.558

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012			
(Valores em R\$ Mil)			
		1º sem/2013	1º sem/2012
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.i)	467.215	644.452
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	231.693	224.977
De Reversão de Provisões Operacionais.....		68	70
DESPESAS			
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(596.632)	(546.697)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(83.820)	(46.821)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(324.525)	(380.095)
De Auditoria.....		(63)	(43)
PREJUÍZO NO SEMESTRE		(306.064)	(104.157)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012				
(Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2011.....		37.969.173	(221.712)	37.747.461
Transferências da União no Semestre.....	(Nota 7)	2.823.866	-	2.823.866
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(12.612)	(12.612)
Prejuízo do Semestre.....		-	(104.157)	(104.157)
SALDOS EM 30.06.2012.....		40.793.039	(338.481)	40.454.558
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.823.866	(116.769)	2.707.097
SALDOS EM 31.12.2012.....		43.156.154	(308.028)	42.848.126
Transferências da União no Semestre.....		2.983.160	-	2.983.160
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(8.736)	(8.736)
Prejuízo do Semestre.....		-	(306.064)	(306.064)
SALDOS EM 30.06.2013.....		46.139.314	(622.828)	45.516.486
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		2.983.160	(314.800)	2.668.360

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei Nº 7.827, de 27.09.1989)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2013	30.06.2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) do Semestre.....	(306.064)	(104.157)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	324.525	380.095
Reversões de Provisões Operacionais.....	(68)	(70)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	38	-
Lucro do Semestre Ajustado.....	18.431	275.868
Créditos Vinculados.....	1.147	(64.208)
Devedores por Repasses.....	(46.791)	-
Operações de Crédito.....	(2.737.619)	(1.716.551)
Outros Créditos.....	(45)	180
Outros Valores e Bens.....	220	(42)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(8.736)	(12.612)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(2.773.393)	(1.517.365)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	2.983.160	2.823.866
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.983.160	2.823.866
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	209.767	1.306.501
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	6.532.248	4.576.207
No fim do Semestre.....	6.742.015	5.882.708
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	209.767	1.306.501

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo
Nota 5 - Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação.

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, convertida na Lei nº 12.793, de 02.04.2013, em seu Artigo 3º alterou o Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE, os quais poderão ser diferenciados em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento. Com base nesse dispositivo legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.149, de 25.10.2012, fixou em 2,94% a.a. os encargos financeiros sobre os financiamentos com recursos do FNE, e em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as operações contratadas de 01 de outubro de 2012 a 31.12.2012, exceto para os beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Ainda com base nesse instrumento legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.181, de 07.01.2013, fixou em 3,53% a.a. os encargos financeiros para os financiamentos com recursos do FNE contratados no período de 01.01.2013 a 30.06.2013, e em 4,12% a.a. os encargos para os financiamentos contratados no período de 01.07.2013 a 31.12.2013, estabelecendo em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as parcelas pagas até as datas dos respectivos vencimentos, não se

aplicando tais encargos financeiros aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
 - Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Profrota com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Disponibilidades	899.021	2.475.504
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.842.994	3.407.204
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.742.015	5.882.708

b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

b.3) A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

b.4) A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

b.5) A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.

b.6) A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.

b.7) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

b.8) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decendialmente;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2013			30.06.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	14.684.825	360.509	15.045.334	12.042.119	217.954	12.260.073
Financiamentos à Exportação	97.146	3.044	100.190	119.534	4.327	123.861
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.644.599	-	5.644.599	5.939.309	-	5.939.309
Financiamentos Agroindustriais	1.082.319	38.047	1.120.366	1.139.498	39.043	1.178.541
Financiamentos Rurais	15.132.417	1.006.243	16.138.660	13.643.036	898.476	14.541.512
Subtotal	36.641.306	1.407.843	38.049.149	32.883.496	1.159.800	34.043.296
Repasses ao BNB	1.390.385	-	1.390.385	1.274.570	-	1.274.570
Repasses Outras Instituições	208.041	-	208.041	218.801	-	218.801
Total da Carteira	38.239.732	1.407.843	39.647.575	34.376.867	1.159.800	35.536.667
Provisão	(541.546)	(340.926)	(882.472)	(677.647)	(295.554)	(973.201)
Total Líquido ⁽¹⁾	37.698.186	1.066.917	38.765.103	33.699.220	864.246	34.563.466

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2013			30.06.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Agroindustriais	1.325	-	1.325	1.246	-	1.246
Financiamentos Rurais	237.932	8.839	246.771	223.658	8.159	231.817
Subtotal	239.257	8.839	248.096	224.904	8.159	233.063
Repasses ao BNB	1.390.385	-	1.390.385	1.274.570	-	1.274.570
Repasses Outras Instituições	151.543	-	151.543	156.826	-	156.826
Total da Carteira	1.781.185	8.839	1.790.024	1.656.300	8.159	1.664.459
Total Líquido ⁽¹⁾	1.781.185	8.839	1.790.024	1.656.300	8.159	1.664.459

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2013			30.06.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	14.618.976	343.242	14.962.218	11.957.320	196.476	12.153.796
Financiamentos à Exportação	97.146	3.044	100.190	119.534	4.327	123.861
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.644.599	-	5.644.599	5.939.309	-	5.939.309
Financiamentos Agroindustriais	1.009.698	29.926	1.039.624	1.060.962	29.825	1.090.787
Financiamentos Rurais	9.140.862	506.681	9.647.543	8.741.856	412.844	9.154.700
Subtotal	30.511.281	882.893	31.394.174	27.818.981	643.472	28.462.453
Total da Carteira	30.511.281	882.893	31.394.174	27.818.981	643.472	28.462.453
Provisão	(104.428)	(174.859)	(279.287)	(165.805)	(126.206)	(292.011)
Total Líquido ⁽¹⁾	30.406.853	708.034	31.114.887	27.653.176	517.266	28.170.442

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2013			30.06.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	65.849	15.337	81.186	84.799	19.551	104.350
Financiamentos Agroindustriais	70.865	7.931	78.796	76.827	9.064	85.891
Financiamentos Rurais	5.648.424	394.348	6.042.772	4.564.139	389.963	4.954.102
Subtotal	5.785.138	417.616	6.202.754	4.725.765	418.578	5.144.343
Repasse Outras Instituições	56.498	-	56.498	61.975	-	61.975
Total da Carteira	5.841.636	417.616	6.259.252	4.787.740	418.578	5.206.318
Provisão	(437.118)	(166.067)	(603.185)	(511.842)	(169.348)	(681.190)
Total Líquido ⁽¹⁾	5.404.518	251.549	5.656.067	4.275.898	249.230	4.525.128

a.5) Carteira com Risco Integral do Procerá

Financiamentos	30.06.2013			30.06.2012		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	1.930	1.930	-	1.927	1.927
Financiamentos Agroindustriais	431	190	621	463	154	617
Financiamentos Rurais	105.199	96.375	201.574	113.383	87.510	200.893
Subtotal	105.630	98.495	204.125	113.846	89.591	203.437
Total da Carteira	105.630	98.495	204.125	113.846	89.591	203.437
Total Líquido ⁽¹⁾	105.630	98.495	204.125	113.846	89.591	203.437

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procerá; e
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerá;
- Nas operações no âmbito do Pronaf, A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.

c) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	892.027	890.885
. Risco Integral do FNE	604.540	688.544
. Risco Compartilhado	287.487	202.341
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	324.553	380.095
Provisão Líquida por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322	38	101
. Risco Integral do FNE	38	101
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	324.515	379.994
. Risco Integral do FNE	163.145	170.792
. Provisão por Atraso/Renegociações	167.689	173.265
. Ajustes de Provisão por Deságio	(4.544)	(2.473)
. Risco Compartilhado	161.370	209.202
. Provisão por Atraso/Renegociações	173.911	122.616
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(12.541)	86.586
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	334.108	297.779
. Risco Integral do FNE	164.537	178.247
. Risco Compartilhado	169.571	119.532
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	882.472	973.201
. Risco Integral do FNE	603.185	681.190
. Risco Compartilhado	279.287	292.011

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procer a o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do exercício estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 22.596, sendo R\$ 18.557 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 4.039 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 12.596 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 9.611 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.985 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo semestre de 2012, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 15.010, sendo R\$ 10.834 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 4.176 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2)** para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 14.453, sendo R\$ 7.474 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 6.979 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 4.874 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 2.291 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.583 referentes às operações de risco compartilhado. No mesmo semestre de 2012, a redução da provisão foi de R\$ 19.557, sendo R\$ 13.107 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 6.450 referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- g) Em 30.06.2013, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 50.284, referente à provisão extraordinária constituída no exercício para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

- h) As renegociações formalizadas no semestre, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, reduziram o resultado do Fundo em R\$ 27.553 (R\$ 4.526 de aumento, em 30.06.2012). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	39.737	21.551
Despesas - Bônus e Dispensas	(119.113)	(61.211)
Efeito Líquido em Provisões	51.823	44.186
Total	(27.553)	4.526

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Rendas de Operações de Crédito	1.426.401	1.417.124
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(487.840)	(453.117)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.825)	(1.876)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(980)	(958)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(101.764)	(47.598)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(348.530)	(255.665)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(6.406)	(7.147)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(762)	(33)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(3)	(2)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(26)	(51)
Despesas com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(153)	(209)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(1.420)	(534)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(48)	(323)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(9.414)	(5.159)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	(15)	-
Total	467.215	644.452

j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- j.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- j.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 172.414 (R\$ 121.537, no primeiro semestre de 2012), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- k.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecir – Fase III;
- k.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e
- k.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 650 (R\$ 1.302, no primeiro semestre de 2012), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	165	-
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	485	572
Artigo 31 (Operações Prodecer – Fase III/Operações Resolução nº 2.471/98)	-	730
Total	650	1.302

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 3.986 (R\$ 23.874, no primeiro semestre de 2012), conforme a seguir discriminado:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	2.747	902
Artigo 31 (Operações Prodecer – Fase III)	-	21.039
Artigo 31 (Operações do FAT)	1.239	1.933
Total	3.986	23.874

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2013, de R\$ 8.736 (R\$ 12.612 em 30.06.2012), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2013	30.06.2012
Recursos Disponíveis	528.458	351.737
Recursos Aplicados	861.927	922.833
Total	1.390.385	1.274.570

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 31 de julho de 2013

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 31 de julho de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 - F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5-“S”-CE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Ary Joel de Abreu Lanzarin – Demetrius Ferreira e Cruz – Fabrício da Soller – Isaias Matos Dantas –Martim Ramos Cavalcanti.

DIRETORIA: Ary Joel de Abreu Lanzarin (Presidente) – Fernando Passos (Diretor Financeiro e de Crédito) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Nelson Antonio de Souza (Diretor de Estratégia, Administração e Tecnologia da Informação) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor de Desenvolvimento Sustentável e de Microfinança).

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira Lima (Presidente em exercício) – Helano Borges Dias – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Marco Antônio Fiori – Raimundo Lourival de Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: João Alves de Melo (Presidente) – Luciano Silva Reis (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7
